



# **PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL**

**QUINEL SUCOS E EMBALAGENS LTDA E**

**QUINEL CITRUS SUCOS CONCENTRADOS LTDA**

## SUMÁRIO

SUMÁRIO.....	2
1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS .....	3
2. EMPRESA .....	4
2.1. APRESENTAÇÃO .....	4
2.2. HISTÓRICO DAS EMPRESAS ATÉ O PEDIDO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL .....	4
2.3. CRISE ECONÔMICA FINANCEIRA DAS EMPRESAS.....	6
3. GRAVE CRISE ECONÔMICA-FINANCEIRA MUNDIAL E DOS ELEVADOS "SPREADS" E ENCARGOS BANCARIOS .....	11
4. AÇÕES TOMADAS PARA REVERSÃO DA CRISE.....	15
5. ELABORAÇÃO DO PLANO ESTRATÉGICO DE RECUPERAÇÃO .....	16
5.1. INTRODUÇÃO.....	16
5.2. ETAPA QUANTITATIVA .....	17
5.2.1. DADOS GERAIS .....	17
5.2.2. ANÁLISE DOS ASPECTOS INTERNOS .....	17
5.2.3. ESTRATÉGIA DE ATUAÇÃO .....	17
5.3. ETAPA QUANTITATIVA – LAUDO ECONÔMICO FINANCEIRO.....	18
5.3.1. BALANÇO PATRIMONIAL E D.R.E. ....	18
5.3.2. ANÁLISE VERTICAL DO BALANÇO PATRIMONIAL E D.R.E.....	21
5.3.3. ANÁLISE DOS ÍNDICES DE ENDIVIDAMENTO .....	26
5.3.4. ANÁLISE DOS ÍNDICES DE LIQUIDEZ .....	27
5.3.5. ANÁLISE DOS ÍNDICES DE NECESSIDADE DE CAPITAL DE GIRO .....	29
5.4. ETAPA QUANTITATIVA – VIABILIDADE DE RECUPERAÇÃO .....	30
5.4.1. QUADRO DE PROJEÇÃO DA RECEITA BRUTA .....	30
5.4.2. PROJEÇÃO DE BALANÇOS PATRIMONIAIS E DEMONSTRATIVO DE RESULTADOS .....	31
5.4.3. ANÁLISE DAS PROJEÇÕES.....	33
5.4.4. PREMISSAS ADOTADAS NAS PROJEÇÕES .....	34
5.5. PROPOSTA AOS CREDORES .....	34
5.5.1. QUADRO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL .....	35
5.5.2. QUADRO DE EVOLUÇÃO DO SALDO DEVEDOR .....	36
5.5.3. PROJEÇÃO E FLUXO DE RESULTADO OPERACIONAL .....	36
6. DESALIAENAÇÃO DE IMOBILIZADO.....	38
7. GARANTIAS PESSOAIS .....	38
8. GARANTIAS REAIS .....	39
8.1. LIBERAÇÃO DE GARANTIAS REAIS.....	39

9.	PÓS – HOMOLOGAÇÃO – EFEITOS DO PLANO .....	39
9.1.	VINCULAÇÃO DO PLANO .....	39
9.2.	CONFLITO COM DISPOSIÇÕES CONTRATUAIS .....	39
9.3.	PROCESSOS JUDICIAIS .....	40
10.	MODIFICAÇÃO DO PLANO .....	40
11.	EVENTO DE DESCUMPRIMENTO DO PLANO .....	41
12.	CESSÕES .....	41
13.	CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	42

## 1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Este documento foi elaborado em atendimento ao artigo 53 da lei 11.101/2005 (nova Lei de Falências e Recuperações de Empresas) sob a forma de um Plano de Recuperação Judicial para **QUINEL SUCOS E EMBALAGENS LTDA E QUINEL CITRUS SUCOS CONCENTRADOS LTDA**

A Empresa requereu em 09/06/2011 o benefício legal de uma Recuperação Judicial, cujo deferimento ocorreu em 01/07/2011, tendo sido publicado no Diário Oficial do Estado.

Para o devido suporte na elaboração do Plano de Recuperação Judicial, as empresas **QUINEL SUCOS E EMBALAGENS LTDA E QUINEL CITRUS SUCOS CONCENTRADOS LTDA** contratou a **JMLIMA ASSESSORIA ECONOMICO E FINANCEIRA S/C.**, sociedade especializada em planejamento estratégico e recuperação empresarial, responsável final pela elaboração e subscrição do presente documento.

Em síntese, o Plano de Recuperação Judicial ora apresentado propõe a concessão de prazo e condições especiais para pagamento das obrigações vencidas das empresas **QUINEL SUCOS E EMBALAGENS LTDA E QUINEL CITRUS SUCOS CONCENTRADOS LTDA**, consoante os ditames do artigo 50 da lei 11.101/2005.

As condições a seguir descritas atendem não só às exigências da Nova Lei de Falências e Recuperações de Empresas, mas também foram preparadas tendo em vista as mais modernas técnicas de administração e gestão empresarial.

Sendo assim, a demonstração da viabilidade econômica, de que trata o art. 53, inciso II da Lei 111.101/2005 é objeto do item 5.4.2. do qual se observa a compatibilidade entre proposta de pagamento aos credores e a geração de recursos da **QUINEL SUCOS E EMBALAGENS LTDA E QUINEL CITRUS SUCOS CONCENTRADOS LTDA**. O laudo econômico e financeiro, por sua vez é apresentado no item 5.3. e foi apoiado nas informações prestadas pela empresa e pelos documentos entregues em juízo conforme art.51 da lei. O laudo de avaliação das máquinas e equipamentos, instalações e de bens móveis foi elaborado por R&S Negócios Imobiliários – CREA 16.775.

## **2. EMPRESA**

### **2.1. APRESENTAÇÃO**

**CENTRO QUINEL SUCOS E EMBALAGENS LTDA.**, pessoa jurídica de direito privado, regularmente inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.112.772/0001-40 , com sede na Rua Silvério Finamore, nº 1000, Bairro Leitões, CEP 13290-000, Município de Louveira, Estado de São Paulo; e, **QUINEL CITRUS SUCOS CONCENTRADOS LTDA.**, pessoa jurídica de direito privado, regularmente inscrita no CNPJ/MF sob o nº 10.943.340/0001-00 (doc. 39), com sede na Rodovia SP 332, s/nº, KM 183, Bairro Visconde de Indaiatuba, CEP 13835-000, Município de Conchal, Estado de São Paulo.

### **2.2. HISTÓRICO DAS EMPRESAS ATÉ O PEDIDO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL**

As Requerentes são empresas sob a forma de sociedade limitada, conforme se observa dos Contratos Sociais e as últimas Alterações de Contrato Social , sendo seus atuais sócios os Srs. Celso Junco Costa e Sra. Ivone Junco Costa (filho e viúva, respectivamente, do sócio fundador Nelson Costa, falecido em 11 de agosto de 2009).

A primeira Requerente, QUINEL SUCOS E EMBALAGENS, foi constituída em 01 de setembro de 1997 em Vinhedo, tendo como objeto principal o comércio atacadista. Foi fundada pelo Sr. Nelson Costa, que identificou o potencial do



mercado de embalagens plásticas, intensificou as pesquisas que serviram de base para o planejamento da empresa e articulou parcerias importantes.

A partir de 01 de outubro de 2001 passou a atuar na “indústria e comércio de embalagens de plástico, importação de matéria prima e insumos para indústrias de refrigerantes; comércio atacadista de sucos concentrados e outros insumos para indústrias de refrigerantes.”

No ano de 2002 a QUINEL SUCOS E EMBALAGENS ampliou sua área industrial para 14.000 m<sup>2</sup> na cidade de Louveira, onde fabrica seus próprios sucos e refrigerantes, o que fez com que chegasse ao seu topo em termos mercadológicos e econômicos nas áreas de sucos e pré-formas pet. (embalagens de garrafas plásticas).

Desde 04 de julho de 2006 a principal Requerente atua exclusivamente na “indústria, comércio, importação, exportação, standardização, acondicionamento e envasamento de sucos; e comércio atacadista e importação de embalagens plásticas, podendo ainda industrializar esses produtos em estabelecimentos de terceiros.

Em 25 de junho de 2009, foi constituída a empresa QUINEL CITRUS SUCOS CONCENTRADOS LTDA. (ora também Requerente), conforme Contrato Social e respectivas Alterações e Contratos Sociais anexos.

A administração de ambas as sociedades é exercida pelo sócio Sr. Celso Junco Costa, como dito, filho do falecido Nelson Costa, idealizador e fundador das Requerentes.

As Requerentes empregam atualmente 17 (dezessete) funcionários diretos e 20 (vinte) funcionários indiretos, sendo assim empregadoras da cidade de Louveira e região, local no qual ocupa uma área de aproximadamente, 20.000m<sup>2</sup> (vinte mil metros quadrados).

As Requerentes atendem, desde o início de suas operações, a um conjunto de clientes e empresas de ponta, tendo grande relevo no mercado, destacando-se por serem referência na área de sucos concentrados, sucos padrão refrigerante, suco padrão pronto para beber e subprodutos da laranja.

Os produtos industrializados pelas mesmas são sinônimos de qualidade e segurança, desde a sua fundação e durante toda sua trajetória empresarial.

Nesse sentido, a QUINEL SUCOS E EMBALAGENS busca continuamente a consolidação de sua marca, se comprometendo a dar continuidade

na excelência dos seus produtos, o que lhe garantiu a possibilidade de atender a grandes clientes em todo o Brasil.

As Requerentes têm investido em tecnologia, máquinas e equipamentos, visando à modernização do seu parque industrial e o aprimoramento e o desenvolvimento de produtos, para atender o exigente mercado de produtos de sucos concentrados, e o armazenamento de seus produtos é realizado em câmaras frias próprias e terceirizadas, localizadas próximas das principais rodovias do estado de São Paulo, a fim de atender com agilidade e qualidade as demandas de seus clientes.

### **2.3. CRISE ECONÔMICA FINANCEIRA DAS EMPRESAS**

Em 2008, os sócios da primeira Requerente QUINEL SUCOS E EMBALAGENS perceberam que havia um ramo no mercado de sucos cítricos não explorado pela maioria das empresas do setor, e que com a experiência que a empresa havia adquirido, em mais de 15 (quinze) anos trabalhando notadamente com sucos concentrados, que, se criassem uma indústria com alguns conceitos diferenciados em relação à sua eficiência em aproveitar todos os subprodutos que as frutas cítricas oferecem, poderiam obter um sucesso ímpar junto a clientes no Brasil, bem como no exterior.

Decidiram então, os sócios Sr. Nelson Costa e seu filho Celso (atual administrador), planejar o crescimento da empresa e reprogramar seu foco de negócios para os próximos 10 (dez) anos, agregando ao seu portfólio uma nova unidade processadora de sucos, bem como profissionais de sucesso que não estavam sendo aproveitados momentaneamente no mercado.

Com isso, após meses de análise, levantamentos de informações setoriais, contratação de consultores e informações privilegiadas do mercado de sucos, de forma objetiva e responsável, prepararam um projeto com qualidade e eficiência, e encontraram na cidade de Conchal, a 100 km de Louveira, o local ideal para a nova unidade em função da riqueza de produção de frutas cítricas, notadamente laranja, além de outras frutas nas proximidades, como limão e tangerina.

A unidade de Conchal, quando pronta, geraria mais inúmeros empregos diretos e postos indiretos, com expectativa de melhor faturamento das Requerentes.

Os sócios das Requerentes contaram com o apoio das autoridades locais, que doaram uma área de 50.000 m<sup>2</sup> para a construção da

unidade, além de isenções fiscais por um longo período em troca de geração de empregos e apoio social.

Tudo indicava que o caminho mais seguro para as Requerentes seria pelo financiamento junto ao BNDES, via banco repassador.

Obteve empréstimos de curto prazo, na expectativa da aprovação do financiamento de longo prazo pelo BNDES.

Como a principal Requerente gozava de excelente crédito no mercado financeiro, entendeu que não teria maiores problemas para obter a linha de crédito junto ao BNDES. No entanto, com o falecimento do sócio fundador Nelson Costa em 2009, a condição financeira mesma foi desestabilizada.

Ademais, a linha de crédito do BNDES não foi, ao final, efetivamente liberada e a planta da obra em Conchal não pôde ser concluída.

A Requerente principal, premida pelo esforço que fizera para os investimentos na planta de Conchal, e pelo comprometimento do orçamento projetado para o ano de 2009 – face à crise mundial, bem como à negativa da obtenção da linha de crédito pelo BNDES, se viu obrigada a ir ao mercado de crédito disponível a fim de utilizar os créditos que tinha junto aos bancos, sendo que a empresa foi consumida por altos juros, para a construção da nova unidade fabril em Conchal, com o descompasso em seu fluxo de caixa e o cenário interno e externo se deteriorando.

Como mencionado, os anos de 2007 e 2008 vinham sendo marcados pelo crescimento acentuado da empresa, principal Requerente QUINEL SUCOS E EMBALAGENS. No ano seguinte, a mesma experimentou dificuldades com as máquinas utilizadas na fabricação de embalagens pet, instaladas na sede, que acabaram sendo vendidas no início de 2009.

No ano de 2010, a principal Requerente utilizou os créditos que possuía junto aos Bancos para o financiamento da obra da empresa QUINEL CITRUS em Conchal, tendo em vista que um projeto deste porte gera inúmeras outras despesas, o que foi prejudicando ainda mais o capital que já estava enfraquecido. No decorrer do ano os sócios tentaram equalizar tais despesas e, ao mesmo tempo, de todas as formas possíveis, também tentaram levantar recursos no mercado financeiro para saldar as dívidas, tanto para a QUINEL SUCOS quanto para tentar concluir a construção da fábrica da QUINEL CITRUS na cidade de Conchal/SP.

Atualmente, 70% (setenta por cento) da obra civil da unidade em Conchal está concluída, mas, infelizmente, pelo cadastro negativado

da Requerente principal ao longo do ano de 2010, as principais instituições financeiras negam-se a liberar recursos para a conclusão do restante da obra bem como para compra das máquinas e equipamentos que constituirão a fábrica.

Outrossim, com a crise econômica mundial, as linhas de crédito deixaram de existir ou se reduziram drasticamente, afora a elevação dos custos de eventuais operações, com juros muito mais elevados e exigências cada vez mais inacessíveis.

Até então, a Requerente principal (QUINEL SUCOS E EMBALAGENS), que havia atravessado incólume as crises pontuais da produção brasileira e as crises particulares, como acima descrito, sentiu os efeitos mais drásticos da notória crise mundial, que alterou profundamente o andamento dos negócios, infelizmente no mesmo ano de 2008 em que havia tomado a decisão estratégica de abrir nova fábrica, sediada em Conchal.

Naqueles anos, final de 2008 e 2009, as grandes empresas compradoras e fornecedoras sofreram retração em suas economias, tendo em vista, inclusive, o encarecimento da produção agrícola, principalmente citrícola, decorrente do aumento dos custos fitossanitários e da mão de obra, e a limitação da oferta devido à maior incidência de Greening (que tem como agente causal uma bactéria que habita o floema da planta hospedeira sendo conhecida como *Candidatus Liberibacter ssp.*)

De acordo com o Boletim de Análise IEDI (Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial) de 12/01/2009, que analisa os dados divulgados pela indústria de transformação, os efeitos da crise internacional se mostraram mais drásticos nas atividades industriais associadas à produção de sucos e concentrados de fruta, que registrou recuo de -19% (menos dezenove por cento), entre outras atividades, como moagem de trigo (-12%), petroquímicos básicos e intermediários (-10%), produtos de madeira e artefatos de embalagens de madeira (-9% em média).

De se destacar que o setor da “indústria do suco” foi duramente castigado. O Valor Econômico explica que enquanto a maior parte das commodities agrícolas disparou nas bolsas internacionais em 2007, alcançando máximas históricas em meados de 2008 e provocando uma “agroinflação” global preocupante, o suco de laranja derrapava. Quando a crise financeira trouxe as commodities no quarto trimestre de 2008, o suco, que sequer havia subido, despencou.

Vale ressaltar que as médias indústrias sofreram mais devido, principalmente, à grande expectativa criada pelo aumento e facilidade de crédito anterior à crise, que as levaram a investir fortemente em compra de

máquinas, equipamentos e instalações para modernização e compra de estoques.

Com a queda de faturamento e muitas vezes com os custos fixos e encargos financeiros maiores do que os recebíveis a situação das empresas nos últimos períodos se tornou insustentável e deficitária.

No final, como é de se esperar, países em desenvolvimento – e que se encontravam em franco crescimento, como o Brasil –, foram e ainda estão sendo castigados pela crise.

É previsível imaginar que, diante da crise, a dívida pública cresceu significativamente – impingindo enormes encargos para os governos dos países em crescimento –, o que cerceará o espaço destinado à cooperação para o efetivo desenvolvimento.

Na realidade, a crise que se instalou no mundo teve caráter totalmente imprevisível, posto que até então tudo parecesse convergir para o crescimento contínuo das economias mundiais por longo prazo e – inexplicavelmente – ao menos para o empresário comum –, enorme convulsão financeira e econômica eclodiu, sem que possamos explicá-la por esse ou aquele evento específico.

Numa breve ilação, tudo leva a crer que as instituições financeiras mundiais decidiram emprestar muito além de suas reservas, criando uma poupança virtual, com taxas de juros reduzidas o que sinalizava confiança para todos.

Empresários e investidores foram induzidos a acreditar que havia mais poupança real do que efetivamente existe e investiram em suas atividades produtivas, na expectativa de que essa poupança alimentasse o consumo mundial.

Por outro lado, o dinheiro virtual bombeado pelas instituições financeiras no mercado alimentou enormes movimentos especulativos nas bolsas de valores e em outros mercados.

O estimulante dessa febre ilusória, que a todos contagiou e cegou, era o crédito “barato” provido pelo sistema financeiro. A “farra” financeira, contudo, estendeu demais o endividamento dos agentes econômicos.

O colapso ocorrido, no caso, parece ser o acerto de contas inevitável em face ao complexo leque de decisões equivocadas no passado, com base nos falsos sinais emitidos pelo mercado financeiro.

Diante de tais fatos e com a restrição de crédito imposta pelas instituições financeiras – que não aceitam renovar linhas de crédito, muito menos parcelar os débitos atualmente existentes em prazos e condições aceitáveis –, e ainda, com a enorme crise que atingiu frontalmente a indústria nacional, ocorreram perdas financeiras significativas para as Requerentes, numa desordem que aumenta e multiplica os efeitos do colapso havido no mercado e penaliza as empresas de menor porte.

Portanto, crucial observar que, não obstante a atividade das Requerentes ser geradora de caixa, a soma dos fatores acima narrados comprometeu totalmente o fluxo de caixa das empresas, cessando seu capital de giro próprio, gerando uma necessidade de captação de recursos de curto prazo junto às instituições financeiras e colaborando mais ainda para uma situação de inadimplência, ao verem-se impedidas de cumprir em dia tantos compromissos.

Nessa mesma linha e pelas razões acima - visando uma recuperação da sua condição financeira -, a Requerente principal vem buscando equalizar suas deficiências operacionais e administrativas, promovendo nova e ampla reestruturação geral lastreada em um planejamento estratégico de médio a longo prazo, equacionando sua realidade atual ao fluxo de caixa corrente, trabalho este que está em pleno andamento através dos respectivos profissionais capacitados para tanto.

Todavia, apesar de todas as dificuldades referidas, a Requerente entende que essa situação é transitória e tem a convicção que terá condições de transpassá-la, uma vez que detentora de ativos relevantes, inserida num mercado em crescimento e necessitando, apenas, restabelecer seu capital de giro e reestruturar sua operação, o que fará – sem sombra de dúvidas – trabalhando desde o primeiro dia da recuperação até seu encerramento com êxito.

Dentre as alternativas estudadas, sem exclusão de qualquer outra, a Requerente principal analisa pleitear o alongamento do seu passivo e buscar eventuais investidores para restabelecer seu capital de giro, ou redirecionar seu negócio, dentre outras eventuais alternativas – além de finalizar a obra de expansão da segunda Requerente na cidade de Conchal/SP.

Como demonstrado, as Requerentes se consubstanciam como empresas de importância em seu segmento, com forte atuação no mercado, além de usufruírem de grande respeito junto a seus clientes e fornecedores, tentando, na medida do possível, arcar com suas responsabilidades e compromissos com transparência.

Ademais, cabe levar-se em conta a importância das Requerentes no contexto da economia dos Municípios de Louveira e Conchal, e

região, no Estado de São Paulo.

Além dos fatos acima, que retratam a situação enfrentada pelas Requerentes, há ainda que se ressaltar o aspecto social, qual seja, de que as mesmas, somando, atualmente empregam 17 (dezessete) , afora os aproximados 20 (vinte) colaboradores indiretos (decorrentes de prestadores de serviços terceirizados, tais como transportadoras e T.I.), denotando seu empenho e esforço para não desamparar seu conjunto de parceiros, tudo visando o bem social de seus empregados e daqueles que com a empresa contribuem – direta ou indiretamente - para o desenvolvimento do nosso país.

Desse modo, a finalidade das Requerentes é de transpassarem a atual crise econômico-financeira, visando à manutenção das suas capacidades de manterem trabalhadores, mantendo-se o emprego dos funcionários e colaboradores indiretos, bem como preservarem as empresas, os interesses de seus credores e a geração de tributos e riquezas, mantendo-as em plena atividade, exercendo, assim, sua função social e estimulando a atividade econômica, tudo na forma disposta no artigo 47 da Nova Lei de Falências e Recuperação de Empresas.

Para tanto, estarão elaborando seu plano de recuperação, o que farão, inclusive, mediante a busca de todas e quaisquer soluções que possam contemplar os interesses dos seus credores, funcionários, colaboradores e terceiros, e que será apresentado nos termos do artigo 53, da Lei 11.101/2005.

Destaca-se, por oportuno, que o legislador falimentar pretendeu dar ampla vigência às diretrizes impostas pelos princípios constitucionais da função social da propriedade e do incentivo à atividade econômica (Constituição Federal, artigos 170, II e 174).

### **3. GRAVE CRISE ECONÔMICA-FINANCEIRA MUNDIAL E DOS ELEVADOS “SPREADS” E ENCARGOS BANCARIOS**

Não obstante todo o descrito até aqui, cabe frisar que, nos últimos anos, como qualquer outra empresa no Brasil -, a Requerente passou a tomar crédito perante as instituições financeiras para, inclusive, investir no seu parque fabril e na sua estrutura comercial e administrativa, fazendo-o com o fito de poder atender a demanda e o maior rigor do mercado nacional e internacional.

O endividamento assumido foi totalmente planejado e era – até pouco tempo atrás –, compatível com a projeção de crescimento do faturamento da empresa, não se mostrando em nenhuma aventura ou projeto mal sucedido.

Ao revés, cada centavo tomado perante o mercado financeiro foi aplicado nas instalações, na aquisição de equipamentos, no desenvolvimento e qualidade dos seus produtos visando atender às exigências crescentes do mercado consumidor.

É fato, por outro lado, que como todo crescimento, a empresa enfrentou, também, problemas operacionais e de estrutura administrativa e industrial, além das dificuldades em obter preços mais justos para seus produtos.

Ainda, é importante destacar alguns fatos relevantes e que implicam na caracterização da evidenciada boa-fé da empresa:

a) A empresa nunca agiu de má-fé e sempre esteve em endereço fixo, com a presença constante dos seus sócios, que nem nos momentos de crise deixaram de estar à frente da empresa, trabalhando diariamente e se expondo inclusive perante seus credores;

b) A empresa tinha crédito perante as instituições financeiras, que lhe forneceram crédito para investimentos na planta industrial, bem como para capital de giro;

c) A empresa – no contexto do orçamento 2008/2009 –, estaria apta a cumprir os compromissos assumidos, contando, para isso, com carteira de pedidos e programação de pedidos crescente e que, até recentemente, era palpável e factível e justificava, totalmente, investimentos e projetos assumidos para o ano de 2009. Porém, a crise mundial que se instalou terminou por desestabilizar ainda mais o mercado e a empresa restou com EBTDA negativo;

d) Os juros praticados pelo mercado financeiro no ano de 2008 atingiram pico inimaginável, sendo o *spread* bancário brasileiro considerado o maior do mundo, qual seja, 25% maior do que a média mundial, superior – por exemplo –, ao cobrado pela máfia napolitana no seu constante processo de agiotagem;

e) O sistema bancário brasileiro vem cortando as linhas de crédito para o setor produtivo, querendo, simplesmente, liquidar as operações correntes e se apoderar, em definitivo, do fruto de títulos caucionados ou descontados, não renovando as linhas nos moldes anteriormente concedidos, implicando no enriquecimento indevido do setor financeiro, em detrimento do setor produtivo nacional.

Ocorre, porém, que o mundo foi – inexoravelmente –, atingido por grave e inesperada crise econômica - que se instalou inicialmente nos Estados Unidos da América a partir de agosto de 2008 e se espalhou pelo mundo todo a partir de setembro de 2008, com efeitos imprevisíveis e ainda não totalmente exauridos, visto que suas consequências perduram, para grande parte do mercado, até os atuais dias - como no caso da Requerente -, sendo que, posteriormente, nova grave crise atingiu a Grécia, afetando as bolsas de valores de todo o mundo, muito além da Europa.

No primeiro momento, a crise se afigurou exclusivamente financeira, provocada pela irresponsabilidade e pela ganância do sistema financeiro mundial, porém veio adquirindo contornos de crise econômica como um todo.



A redução do crédito foi imediata, bem como o aumento do custo do mesmo – do escasso crédito remanescente – o que atingiu, por consequência, a economia do ponto de vista do desempenho, ocorrendo forte e abrupta desaceleração nas maiores economias do mundo, estando algumas ainda em estado de recessão.

O Brasil veio sendo gradativamente atingido pela crise e os segmentos mais atingidos foram o industrial, o comercial e o da construção e diversos outros, que ainda estão sofrendo os seus efeitos.

No final, como é de se esperar, países em desenvolvimento – e que se encontravam em franco crescimento, como o Brasil –, foram e ainda estão sendo castigados pela crise.

É previsível imaginar agora que a dívida pública irá crescer significativamente – impingindo enormes encargos para os governos desses países em crescimento –, o que cerceará o espaço destinado à cooperação para o efetivo desenvolvimento.

Na realidade, a crise que se instalou no mundo teve caráter totalmente imprevisível, posto que até então tudo parecia convergir para o crescimento contínuo das economias mundiais por longo prazo e – inexplicavelmente – ao menos para o empresário comum –, enorme convulsão financeira e econômica eclodiu, sem que possamos explicá-la por esse ou aquele evento específico.

Numa breve ilação, tudo leva a crer que as instituições financeiras mundiais decidiram emprestar muito além de suas reservas, criando uma poupança virtual, com taxas de juros reduzidas o que sinalizava confiança para todos.

Empresários e investidores foram induzidos a acreditar que havia mais poupança real do que efetivamente existe e investiram em suas atividades produtivas, na expectativa de que essa poupança alimentasse o consumo mundial.

Vivenciamos período de prosperidade fabril, com amplos investimentos em bens de capital – como os feitos pela empresa durante os últimos anos.

Por outro lado, o dinheiro virtual bombeado pelas instituições financeiras no mercado alimentou enormes movimentos especulativos nas bolsas de valores e em outros mercados.

O estimulante dessa febre ilusória, que a todos contagiou e cegou era o crédito “barato” provido pelo sistema financeiro.

A “farra” financeira, contudo, estendeu demais o endividamento dos agentes econômicos.

Agora, chega de emprestar; a hora é de cobrar as dívidas imediatamente, independentemente dos planos do empresário que acreditou no mercado e aplicou o dinheiro tomado, nas suas linhas de produção.

O colapso ocorrido, no caso, parece ser o acerto de contas inevitável em face ao complexo leque de decisões equivocadas no passado, com base nos falsos sinais emitidos pelo mercado financeiro.

Diante de tais fatos e com a restrição de crédito imposta pelas instituições financeiras – que não aceitam renovar linhas de crédito, muito menos parcelar os débitos atualmente existentes em prazos e condições aceitáveis –, e ainda, com a enorme crise que atingiu frontalmente a indústria nacional, ocorreram perdas financeiras significativas para a empresa, numa desordem que aumenta e multiplica os efeitos do colapso havido no mercado e penaliza as empresas de menor porte.

Vale lembrar que a partir de 2008, outros fatores já vinham ocorrendo e também contribuíram para a atual situação econômico-financeira enfrentada pela empresa, quais sejam:

a) um crescimento de mercado a custo de margens reduzidas, por vezes negativas, com prazos médios de vendas dilatados, e, em contrapartida, o prazo médio de compras de matérias-primas não alinhados aos prazos médios de vendas, o que gerou um descompasso no fluxo de caixa;

b) a elevação de juros e encargos financeiros que atingem diretamente a empresa, deixando-a fragilizada devido o alto custo na produção de seus produtos, aumento dos componentes da matéria-prima, além de todos os custos operacionais envolvidos na cadeia de industrialização – energia, transporte, salários, encargos da folha, afora a elevada carga tributária brasileira;

c) como é do conhecimento de todos, a sistemática adotada pelo Governo Brasileiro para conter a inflação, a elevação da taxa SELIC numa receita perversa para manter a inflação sob controle, é estratégia de todo equivocada que impede o crescimento do Brasil e destrói inúmeras empresas nacionais;

d) altas taxas de juros e câmbio desvalorizado equivalem a engessar a atividade produtiva do país. As taxas de juros elevadas desestimulam o consumo e torna penoso todo e qualquer investimento e a moeda nacional supervalorizada favorece a importação, ampliando, por consequência, a desindustrialização do país, que resvalam diretamente na atividade da empresa;

e) as dificuldades aumentaram em muito em razão dos últimos acontecimentos em nosso país, da instabilidade do mercado financeiro internacional, bem como face à globalização e à política econômica nacional, culminado pelo fato do Governo Federal procrastinar um ajuste fiscal/tributário suportável aos empresários em geral.

Portanto, a soma dos fatores acima narrados comprometeu totalmente o fluxo de caixa da empresa, cessando seu capital de giro próprio, gerando uma necessidade de captação de recursos de curto prazo junto às instituições financeiras e colaborando mais ainda para uma situação de inadimplência, ao ver-se impedida de cumprir em dia tantos compromissos.

Face às circunstâncias citadas, a empresa se viu diante de uma situação de dificuldades, agravada por estar descapitalizada, o que via de consequência a levou a um endividamento crescente.

Afora isso, importante ressaltar que a empresa procurou as instituições financeiras e seus fornecedores para repactuar suas dívidas, mas não vem

encontrando guarida em suas pretensões, mesmo estando claro que a imprevisibilidade da crise econômica mundial desequilibrou totalmente os contratos firmados antes dela.

As instituições financeiras acenam – sempre -, com corte das linhas atuais e parcelamentos de curto prazo e a custos proibitivos, evidenciando – cada vez mais, o privilégio com o que são tratadas essas instituições em detrimento da indústria brasileira.

Por vezes encontra uma ou outra instituição financeira interessada em repactuar suas dívidas, porém em prazos e condições que lhe impedem o pagamento, bem como não querendo lhe liberar os recebíveis caucionados, o que lhe impossibilita, no curto prazo, a sequência de suas atividades operacionais, o que se afigura como inaceitável.

Todavia, apesar de todas as dificuldades referidas, a empresa entende que essa situação é transitória e tem a convicção que terá condições de transpassá-las, a fim de arcar com todos os seus compromissos, posto que sua situação patrimonial (ativos, instalações, maquinários, etc.), é bastante sólida e digna de respeito no mercado e perante seus clientes.

#### **4. AÇÕES TOMADAS PARA REVERSÃO DA CRISE**

Nessa mesma linha e pelas razões acima, visando uma recuperação da sua condição financeira -, as Empresas contrataram consultores, buscando equalizar suas deficiências operacionais e administrativas, promovendo uma reestruturação geral lastreada em um planejamento estratégico de médio a longo prazo, equacionando suas realidades atuais ao fluxo de caixa corrente, trabalho este que está em pleno andamento através dos respectivos profissionais capacitados para tanto, que ora detalhamos:

- ✓ *Reavaliação de toda constituição de custos, dimensionando produto a produto, quantidades horas homem, material envolvido, perdas do processo, valores de compra de matéria prima, de forma a elaboração dos custos corretamente;*
- ✓ *Reestruturação da tabela de vendas, definindo novos preços com base nos custos reavaliados;*
- ✓ *Trabalho Junto ao Mercado para aceitação da nova política de preços;*
- ✓ *Melhoramento na integração dos processos de vendas, marketing, compras e produção, visando redução do ciclo econômico comercial;*
- ✓ *Melhoria contínua dos controles internos;*

- ✓ *Foco na venda de produtos com maior margem e que propiciassem a customização (aproveitamento) melhor das matérias primas;*
- ✓ *Redução das despesas com operações financeiras;*
- ✓ *Monitoramento na expedição visando eliminar o envio de cargas com erros de produtos ou quantidades aos clientes;*
- ✓ *Implantação de controle sobre a produção para eliminar o desperdício de matéria prima na composição dos produtos;*
- ✓ *Compra de matérias primas à vista;*
- ✓ *Contratação de empresa especializada em desenvolvimento estratégico e administração empresarial;*
- ✓ *Implantação de inventários periódicos;*
- ✓ *Otimização e manutenção de maquinário produtivo para redução de desperdícios*
- ✓ *Elaboração de Plano de Recuperação Judicial;*
- ✓ *Reestruturação do setor industrial, criando setores por etapa de produção objetivando a redução de desperdícios;*
- ✓ *Plano de reestruturação no setor comercial, com o objetivo de obter uma estrutura que fortaleça a alavancagem de vendas e ampliar a participação do produto no mercado.*

## **5. ELABORAÇÃO DO PLANO ESTRATÉGICO DE RECUPERAÇÃO**

### **5.1. INTRODUÇÃO**

O Plano de Recuperação Judicial foi precedido de um estudo de Planejamento Estratégico. Tem por objetivo viabilizar, de acordo com a Lei 11.101/2005, a reestruturação financeira da **QUINEL SUCOS E EMBALAGENS LTDA E QUINEL CITRUS SUCOS CONCENTRADOS LTDA.**, preservando sua função social na comunidade brasileira, mantendo sua entidade geradora de bens, recursos, empregos (diretos e indiretos) e tributos.

O Plano é focado na preservação dos interesses de seus CREDORES e na geração de empregos, estabelecendo as condições financeiras frente a atual situação da Empresa e de mercado.

## **5.2. ETAPA QUANTITATIVA**

### **5.2.1. DADOS GERAIS**

A missão do **QUINEL SUCOS E EMBALAGENS LTDA**, “Criar novos conceitos para o mercado de bebidas, reconhecer tendências e disponibilizá-las aos seus clientes.”

### **5.2.2. ANÁLISE DOS ASPECTOS INTERNOS**

A análise dos fatores críticos do sucesso sugere que a **QUINEL SUCOS E EMBALAGENS**, em relação aos seus principais concorrentes, não apresenta diferencial competitivo que a desclassifique, uma vez que a empresa manteve até um passado muito recente um alto nível de conceito de administração que a colocou em patamar de igualdade com os principais fornecedores do Brasil.

### **5.2.3. ESTRATÉGIA DE ATUAÇÃO**

Foram levantadas as atividades de maior importância e os maiores investimentos realizados pela empresa e suas estratégias vigentes. Tanto ações de maiores importância quanto as de maior investimento estão voltadas a retomada do crescimento da empresa. As estratégias vigentes são ações percebidas em nossa análise como ações que já estão sendo praticadas.

Cabe observar que a atuação da gestão nos últimos meses voltou-se para uma nova definição estratégica com foco no desenvolvimento do mercado interno e abertura de novos clientes.

Entretanto, os resultados esperados têm resposta mais lenta em função do agravamento da situação econômico financeira da empresa, o que acarretou dificuldade na obtenção de recursos financeiros para o financiamento das operações.

### **5.3. ETAPA QUANTITATIVA – LAUDO ECONÔMICO FINANCEIRO**

#### **5.3.1. BALANÇO PATRIMONIAL E D.R.E.**

A seguir os Balanços patrimoniais e as demonstrações de resultados dos anos de 2009, 2010 e balanços especial de 30/04/2011.

**BALANÇO PATRIMONIAL**

Exercícios findos em 31/12/2009, 31/12/2010 e 30/04/2011

Valores em reais

	31.12.2009	31.12.2010	30.04.2011
<b>ATIVO</b>	<b>16.023.096</b>	<b>11.592.741</b>	<b>11.604.889</b>
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>	<b>6.251.256</b>	<b>2.190.635</b>	<b>2.224.150</b>
<b>DISPONIVEL</b>	<b>632.205</b>	<b>57.058</b>	<b>7.156</b>
Caixa Geral	14.274	4.348	6.669
Bancos Conta Movimento	617.931	21.908	487
Aplicações Financeiras Liq Imediata	-	30.802	-
<b>CLIENTES</b>	<b>4.491.799</b>	<b>904.198</b>	<b>877.919</b>
Clientes	5.062.633	2.603.376	2.020.617
(-) Duplicatas Descontadas	(520.916)	(1.065.427)	(508.948)
(-) Créditos Vencidos e Não Liquidados	(49.918)	(633.750)	(633.750)
<b>OUTROS CRÉDITOS</b>	<b>474.411</b>	<b>664.001</b>	<b>904.093</b>
Banco Conta Vinculada	795	-	-
Adiantamento a Fornecedores	143.439	507.926	746.905
Adiantamentos a Empregados	9.029	-	1.113
Tributos a Recuperar	241.412	156.075	156.075
Contratos Compra p/Entrega Futura	79.737	-	-
<b>ESTOQUES</b>	<b>625.341</b>	<b>555.933</b>	<b>425.699</b>
Estoque Embalagens/Pet	155.199	178.750	178.750
Estoque Sucos	470.143	377.183	246.949
<b>Despesas Pagas Antecipadamente</b>	<b>27.500</b>	<b>9.445</b>	<b>9.283</b>
Despesas de Meses Seguintes	27.500	9.445	9.283
<b>ATIVO NÃO-CIRCULANTE</b>	<b>9.771.840</b>	<b>9.402.105</b>	<b>9.380.739</b>
<b>ATIVO REALIZAVEL A LONGO PRAZO</b>	<b>4.810.241</b>	<b>5.817.861</b>	<b>5.819.377</b>
Aplicações Financeiras	1.022.000	-	-
Títulos e Capitalizações	25.406	4.700	4.700
Contratos de Mutuo com P.Fisica	1.301.000	2.002.991	1.939.816
Contratos de Mutuo com P.Juridica	2.461.835	3.810.170	3.874.861
<b>IMOBILIZADO</b>	<b>4.904.406</b>	<b>3.537.157</b>	<b>3.514.275</b>
Imoveis	4.270.000	3.136.125	3.136.125
Moveis	1.450.723	1.034.342	1.011.460
( - ) Depreciações Acumuladas	(816.317)	(633.310)	(633.310)
<b>INTANGIVEL</b>	<b>57.193</b>	<b>47.087</b>	<b>47.087</b>
Sistemas/Software	109.866	109.866	109.866
Marcas, Pat.Direitos e Licenças	6.521	6.521	6.521
( - ) Amortizações Acumuladas	(59.194)	(69.300)	(69.300)

<b>PASSIVO</b>	<b>16.023.096</b>	<b>11.592.741</b>	<b>11.604.889</b>
<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>	<b>11.064.223</b>	<b>7.284.458</b>	<b>7.730.985</b>
<b>EMPRESTIMOS</b>	<b>7.845.633</b>	<b>4.015.257</b>	<b>4.281.417</b>
Empréstimos e Obrigações com Bancos	7.845.633	4.015.257	4.281.417
<b>FORNECEDORES</b>	<b>2.757.093</b>	<b>1.922.439</b>	<b>1.811.493</b>
Fornecedores Nacionais	2.757.093	1.922.439	1.811.493
<b>OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS</b>	<b>137.075</b>	<b>911.435</b>	<b>1.107.875</b>
Impostos e Contrib a Recolher	111.905	900.705	1.098.653
Parcelamento de Tributos	25.170	10.729	9.222
<b>OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E PREVIDENCIARIAS</b>	<b>62.154</b>	<b>277.985</b>	<b>355.130</b>
Obrigações com Pessoal	34.598	51.874	50.894
Obrigações Previdenciárias	27.557	226.111	304.235
<b>OUTRAS OBRIGAÇÕES</b>	<b>188.702</b>	<b>63.865</b>	<b>84.821</b>
Adiantamento de Clientes	142.394	29.436	32.187
Contas a Pagar	10.980	16.013	45.496
Outras Obrigações	35.327	18.416	7.138
<b>PROVISÕES</b>	<b>73.565</b>	<b>93.477</b>	<b>90.248</b>
Provisões Trabalhistas	54.172	69.089	66.703
Provisões para Encargos Sociais	19.393	24.388	23.546
<b>PASSIVO NÃO-CIRCULANTE</b>	<b>896.889</b>	<b>2.047.145</b>	<b>1.914.758</b>
<b>EMPRESTIMOS</b>	<b>835.167</b>	<b>1.985.423</b>	<b>1.853.036</b>
Empréstimos e Obrigações com Bancos	835.167	1.985.423	1.853.036
<b>OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS</b>	<b>61.722</b>	<b>61.722</b>	<b>61.722</b>
Impostos e Obrigações Suspensos	61.722	61.722	61.722
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>4.061.985</b>	<b>2.261.137</b>	<b>1.959.146</b>
<b>CAPITAL SOCIAL</b>	<b>1.000.000</b>	<b>1.000.000</b>	<b>1.000.000</b>
Capital Subscrito	1.000.000	1.000.000	1.000.000
<b>RESERVAS</b>	<b>3.222.463</b>	<b>3.061.985</b>	<b>3.061.985</b>
Ajustes de Avaliação Patrimonial	2.697.473	2.697.473	2.697.473
Reservas de Lucros	524.989	364.512	364.512
<b>LUCROS ou PREJUÍZOS ACUMULADOS</b>	<b>(160.478)</b>	<b>(1.800.848)</b>	<b>(2.102.839)</b>
Lucros ou Prejuízos Acumulados	(160.478)	(1.800.848)	(1.800.848)
Lucros ou Prejuízos do Exercício	-	-	(301.991)



**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO**  
Exercícios findos em 31/12/2009, 31/12/2010 e 30/04/2011  
Valores em Reais

	31.12.2009	31.12.2010	30.04.2011
<b>RECEITA OPERACIONAL BRUTA</b>	<b>18.533.979</b>	<b>17.965.136</b>	<b>3.292.902</b>
<b>DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA</b>	<b>(4.386.455)</b>	<b>(4.317.747)</b>	<b>(630.456)</b>
<b>RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA</b>	<b>14.147.524</b>	<b>13.647.390</b>	<b>2.662.445</b>
Custos dos Produtos Vendidos	(10.831.373)	(10.313.985)	(1.930.136)
<b>LUCRO BRUTO OPERACIONAL</b>	<b>3.316.151</b>	<b>3.333.405</b>	<b>732.310</b>
<b>DESPESAS OPERACIONAIS</b>	<b>(3.421.514)</b>	<b>(4.763.061)</b>	<b>(993.985)</b>
Despesas Administrativas	(998.998)	(1.128.357)	(339.326)
Despesas com Vendas	(847.750)	(608.049)	(97.190)
Despesas Financeiras	(1.168.346)	(2.771.624)	(516.141)
Despesas Gerais	(442.728)	(363.315)	(52.341)
Receitas Financeiras	36.308	108.285	11.013
<b>LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL</b>	<b>(105.363)</b>	<b>(1.429.656)</b>	<b>(261.675)</b>
Outras Receitas	566.531	642.752	-
Outras Despesas	(514.796)	(987.263)	(40.316)
<b>RESULTADO ANTES DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>	<b>(53.629)</b>	<b>(1.774.166)</b>	<b>(301.991)</b>
Contribuição Social	(34.107)	(8.651)	-
<b>RESULTADO ANTES DA PROV. P/ IMPOSTO DE RENDA</b>	<b>(87.736)</b>	<b>(1.782.817)</b>	<b>(301.991)</b>
Provisão p/Imposto de Renda	(72.742)	(18.031)	-
<b>LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>	<b>(160.478)</b>	<b>(1.800.848)</b>	<b>(301.991)</b>

### 5.3.2. ANÁLISE VERTICAL DO BALANÇO PATRIMONIAL E D.R.E.

A análise vertical do Balanço Patrimonial demonstra a participação percentual de cada conta em relação ao total do ativo e passivo. Assim, pode-se verificar o comportamento dos valores apresentados no mesmo e identificar possíveis distorções que mereçam análise específica em determinados períodos.

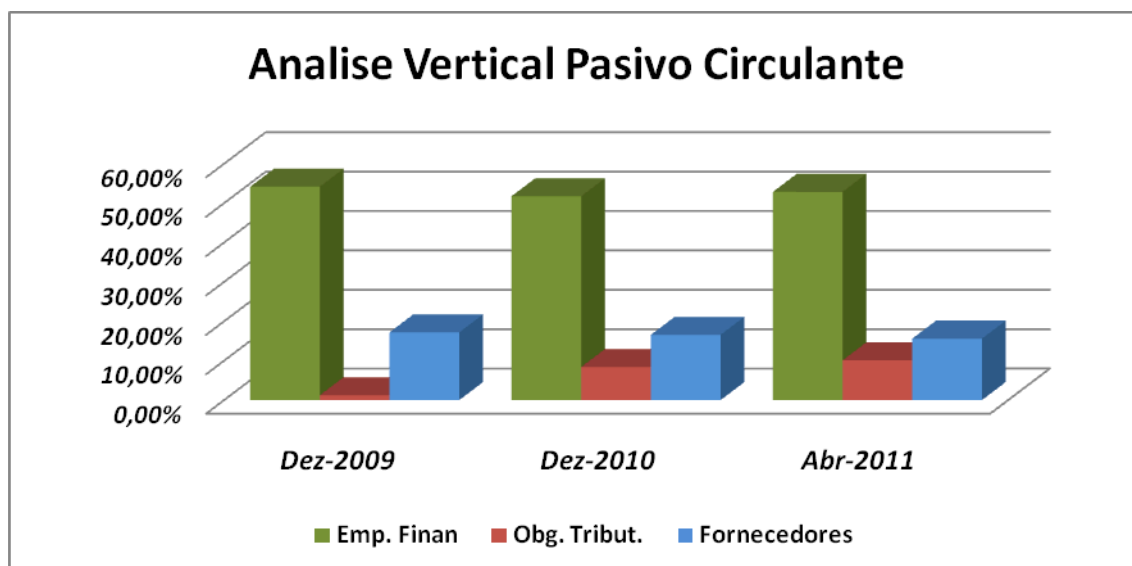
**ANALISE VERTICAL - BALANÇO PATRIMONIAL**  
Exercícios findos em 31/12/2009, 31/12/2010 e 30/04/2011

	31.12.2009	31.12.2010	30.04.2011
<b>ATIVO</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>	<b>39,01%</b>	<b>18,90%</b>	<b>19,17%</b>
<b>DISPONIVEL</b>	<b>3,95%</b>	<b>0,49%</b>	<b>0,06%</b>
Caixa Geral	0,09%	0,04%	0,06%
Bancos Conta Movimento	3,86%	0,19%	0,00%
Aplicações Financeiras Liq Imediata	0,00%	0,27%	0,00%
<b>CLIENTES</b>	<b>28,03%</b>	<b>7,80%</b>	<b>7,57%</b>
Clientes	31,60%	22,46%	17,41%
(-) Duplicatas Descontadas	-3,25%	-9,19%	-4,39%
(-) Créditos Vencidos e Não Liquidados	-0,31%	-5,47%	-5,46%
<b>OUTROS CRÉDITOS</b>	<b>2,96%</b>	<b>5,73%</b>	<b>7,79%</b>
Banco Conta Vinculada	0,00%	0,00%	0,00%
Adiantamento a Fornecedores	0,90%	4,38%	6,44%
Adiantamentos a Empregados	0,06%	0,00%	0,01%
Tributos a Recuperar	1,51%	1,35%	1,34%
Contratos Compra p/Entrega Futura	0,50%	0,00%	0,00%
<b>ESTOQUES</b>	<b>3,90%</b>	<b>4,80%</b>	<b>3,67%</b>
Estoque Embalagens/Pet	0,97%	1,54%	1,54%
Estoque Sucos	2,93%	3,25%	2,13%
<b>Despesas Pagas Antecipadamente</b>	<b>0,17%</b>	<b>0,08%</b>	<b>0,08%</b>
Despesas de Meses Seguintes	0,17%	0,08%	0,08%
<b>ATIVO NÃO-CIRCULANTE</b>	<b>60,99%</b>	<b>81,10%</b>	<b>80,83%</b>
<b>ATIVO REALIZAVEL A LONGO PRAZO</b>	<b>30,02%</b>	<b>50,19%</b>	<b>50,15%</b>
Aplicações Financeiras	6,38%	0,00%	0,00%
Títulos e Capitalizações	0,16%	0,04%	0,04%
Contratos de Mutuo com P.Física	8,12%	17,28%	16,72%
Contratos de Mutuo com P.Jurídica	15,36%	32,87%	33,39%
<b>IMOBILIZADO</b>	<b>30,61%</b>	<b>30,51%</b>	<b>30,28%</b>
Imoveis	26,65%	27,05%	27,02%
Moveis	9,05%	8,92%	8,72%
( - ) Depreciações Acumuladas	-5,09%	-5,46%	-5,46%
<b>INTANGIVEL</b>	<b>0,36%</b>	<b>0,41%</b>	<b>0,41%</b>
Sistemas/Software	0,69%	0,95%	0,95%
Marcas, Pat.Direitos e Licenças	0,04%	0,06%	0,06%
( - ) Amortizações Acumuladas	-0,37%	-0,60%	-0,60%

<b>PASSIVO</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>
<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>	<b>69,05%</b>	<b>62,84%</b>	<b>66,62%</b>
<b>EMPRESTIMOS</b>	<b>48,96%</b>	<b>34,64%</b>	<b>36,89%</b>
Emprestimos e Obrigações com Bancos	48,96%	34,64%	36,89%
<b>FORNECEDORES</b>	<b>17,21%</b>	<b>16,58%</b>	<b>15,61%</b>
Fornecedores Nacionais	17,21%	16,58%	15,61%
<b>OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS</b>	<b>0,86%</b>	<b>7,86%</b>	<b>9,55%</b>
Impostos e Contrib a Recolher	0,70%	7,77%	9,47%
Parcelamento de Tributos	0,16%	0,09%	0,08%
<b>OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E PREVIDENCIARIAS</b>	<b>0,39%</b>	<b>2,40%</b>	<b>3,06%</b>
Obrigações com Pessoal	0,22%	0,45%	0,44%
Obrigações Previdenciárias	0,17%	1,95%	2,62%
<b>OUTRAS OBRIGAÇÕES</b>	<b>1,18%</b>	<b>0,55%</b>	<b>0,73%</b>
Adiantamento de Clientes	0,89%	0,25%	0,28%
Contas a Pagar	0,07%	0,14%	0,39%
Outras Obrigações	0,22%	0,16%	0,06%
<b>PROVISÕES</b>	<b>0,46%</b>	<b>0,81%</b>	<b>0,78%</b>
Provisões Trabalhistas	0,34%	0,60%	0,57%
Provisões para Encargos Sociais	0,12%	0,21%	0,20%
<b>PASSIVO NÃO-CIRCULANTE</b>	<b>5,60%</b>	<b>17,66%</b>	<b>16,50%</b>
<b>EMPRESTIMOS</b>	<b>5,21%</b>	<b>17,13%</b>	<b>15,97%</b>
Emprestimos e Obrigações com Bancos	5,21%	17,13%	15,97%
<b>OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS</b>	<b>0,39%</b>	<b>0,53%</b>	<b>0,53%</b>
Impostos e Obrigações Suspensos	0,39%	0,53%	0,53%
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>25,35%</b>	<b>19,50%</b>	<b>16,88%</b>
<b>CAPITAL SOCIAL</b>	<b>6,24%</b>	<b>8,63%</b>	<b>8,62%</b>
Capital Subscrito	6,24%	8,63%	8,62%
<b>RESERVAS</b>	<b>20,11%</b>	<b>26,41%</b>	<b>26,39%</b>
Ajustes de Avaliação Patrimonial	16,83%	23,27%	23,24%
Reservas de Lucros	3,28%	3,14%	3,14%
<b>LUCROS ou PREJUÍZOS ACUMULADOS</b>	<b>-1,00%</b>	<b>-15,53%</b>	<b>-18,12%</b>
Lucros ou Prejuízos Acumulados	-1,00%	-15,53%	-15,52%
Lucros ou Prejuízos do Exercício	0,00%	0,00%	-2,60%

Neste item, é interessante observar o aumento dos percentuais em relação à dívida da empresa por Instituições Financeiras (Empréstimos e Obrigações a bancos) que salta de 5,21% ao final de 2009, para 15,97% em 2011.

No mesmo sentido nota-se uma variação percentual significativa da rubrica “Obrigações Tributárias” Não-Circulante. ( 2009 1,24% e 2011 10,08%).



A análise vertical das Demonstrações de Resultados permite identificar o percentual de participação de cada conta em relação ao faturamento bruto da empresa. Pode-se identificar portanto, qual é o percentual de margem líquida da empresa nos anos de 2008, 2009, 2010 e 30/04/2011, conforme quadro abaixo:

**ANALISE VERTICAL - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO**

Exercícios findos em 31/12/2009, 31/12/2010 e 30/04/2011

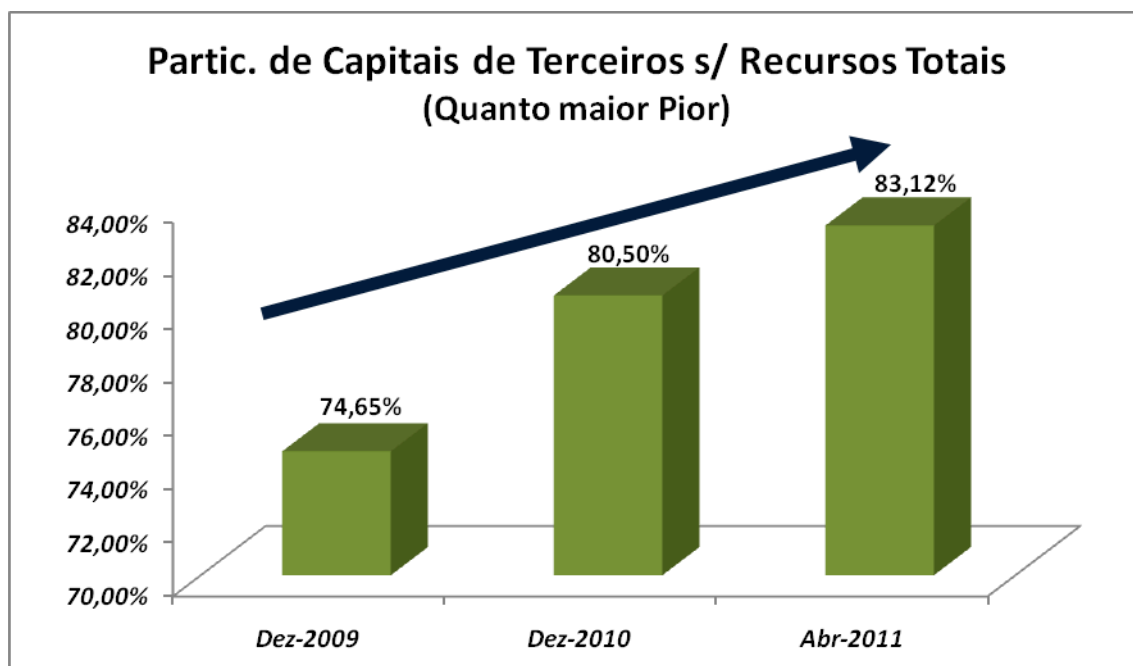
	31.12.2009	31.12.2010	30.04.2011
<b>RECEITA OPERACIONAL BRUTA</b>	<b>131,01%</b>	<b>131,64%</b>	<b>123,68%</b>
<b>DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA</b>	<b>-31,01%</b>	<b>-31,64%</b>	<b>-23,68%</b>
<b>RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>
Custos dos Produtos Vendidos	-76,56%	-75,57%	-72,49%
<b>LUCRO BRUTO OPERACIONAL</b>	<b>23,44%</b>	<b>24,43%</b>	<b>27,51%</b>
<b>DESPESAS OPERACIONAIS</b>	<b>-24,18%</b>	<b>-34,90%</b>	<b>-37,33%</b>
Despesas Administrativas	-7,06%	-8,27%	-12,74%
Despesas com Vendas	-5,99%	-4,46%	-3,65%
Despesas Financeiras	-8,26%	-20,31%	-19,39%
Despesas Gerais	-3,13%	-2,66%	-1,97%
Receitas Financeiras	0,26%	0,79%	0,41%
<b>LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL</b>	<b>-0,74%</b>	<b>-10,48%</b>	<b>-9,83%</b>
Outras Receitas	4,00%	4,71%	0,00%
Outras Despesas	-3,64%	-7,23%	-1,51%
<b>RESULTADO ANTES DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>	<b>-0,38%</b>	<b>-13,00%</b>	<b>-11,34%</b>
Contribuição Social	-0,24%	-0,06%	0,00%
<b>RESULTADO ANTES DA PROV. P/ IMPOSTO DE RENDA</b>	<b>-0,62%</b>	<b>-13,06%</b>	<b>-11,34%</b>
Provisão p/Imposto de Renda	-0,51%	-0,13%	0,00%
<b>LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>	<b>-1,13%</b>	<b>-13,20%</b>	<b>-11,34%</b>

Dentre as principais análises a serem feitas, podemos ressaltar o drástico aumento na rubrica “Despesas Operacionais”, que representavam em 2009 24,18% da receita líquida, terminando o exercício em Abril de 2011 em 37,33%, fato este, que não acompanhou a oscilação do faturamento.

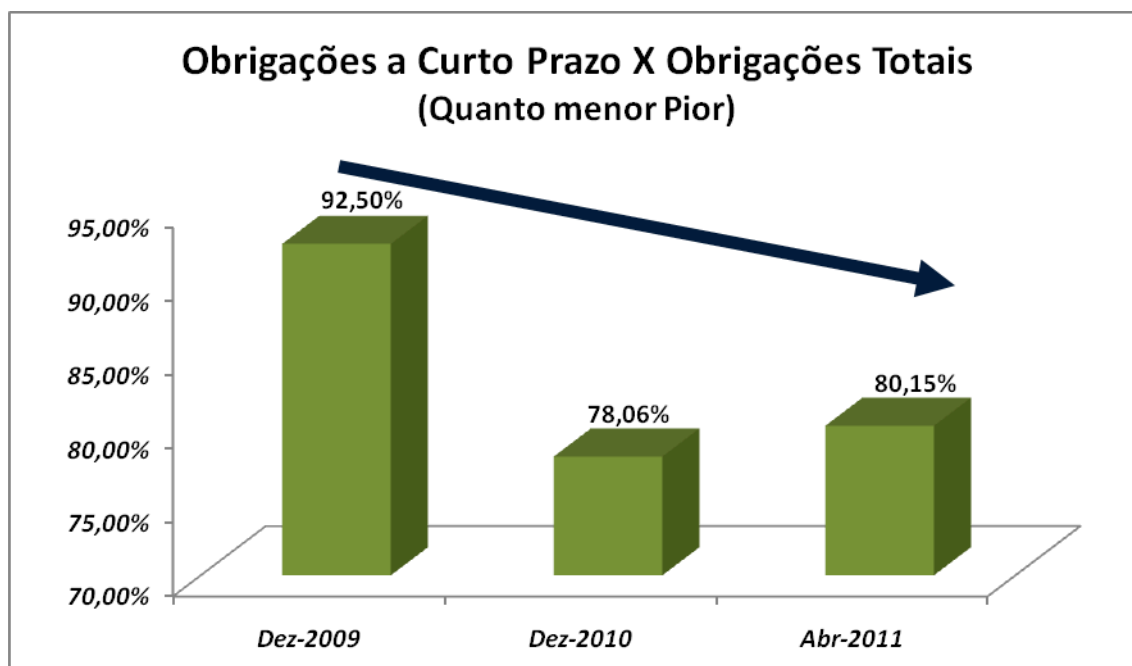
### 5.3.3. ANÁLISE DOS ÍNDICES DE ENDIVIDAMENTO

QUADRO - RESUMO DOS ÍNDICES ECONÔMICO - FINANCEIROS						
ÍNDICES DE ENDIVIDAMENTO						
ÍNDICE	FÓRMULA	INDICA	INTERPRETAÇÃO	31.12.2009	31.12.2010	30.04.2011
Participação de Capitais de Terceiros sobre Recursos Totais	Capital de Terceiros	Quanto a empresa tomou de capitais de terceiros para cada \$ 1,00 de capital próprio	Quanto menor melhor	74,65%	80,50%	83,12%
	Capital de Terceiros + Capital Próprio					
Garantia do Capital Próprio ao Capital de Terceiros	Capital Próprio	Quanto a empresa possui de capital próprio para garantir o capital de terceiros	Quanto maior melhor	0,3396	0,2423	0,2031
	Capital de Terceiros					
Composição de Endividamento	Passivo Circulante	Qual o percentual de obrigações a curto prazo em relação as obrigações totais	Quanto menor melhor	92,50%	78,06%	80,15%
	Capital de Terceiros					

Ao analisarmos o Índice de Endividamento, podemos perceber que a Empresa aumentou sensivelmente sua necessidade de alavancagem com Capital de Terceiros, o que afeta seus resultados, uma vez que adiciona aos seus custos o alto índice de despesas financeiras.



A análise do próximo indicador, nos leva a concluir que a empresa trocou o perfil de seu endividamento de curto para longo prazo, o que nos leva a concluir que seu comprometimento com fornecedores e capital de terceiros ( Bancos e Instituições Financeiras), foi aumentado, fato que representa aumento também nos custos da operação.

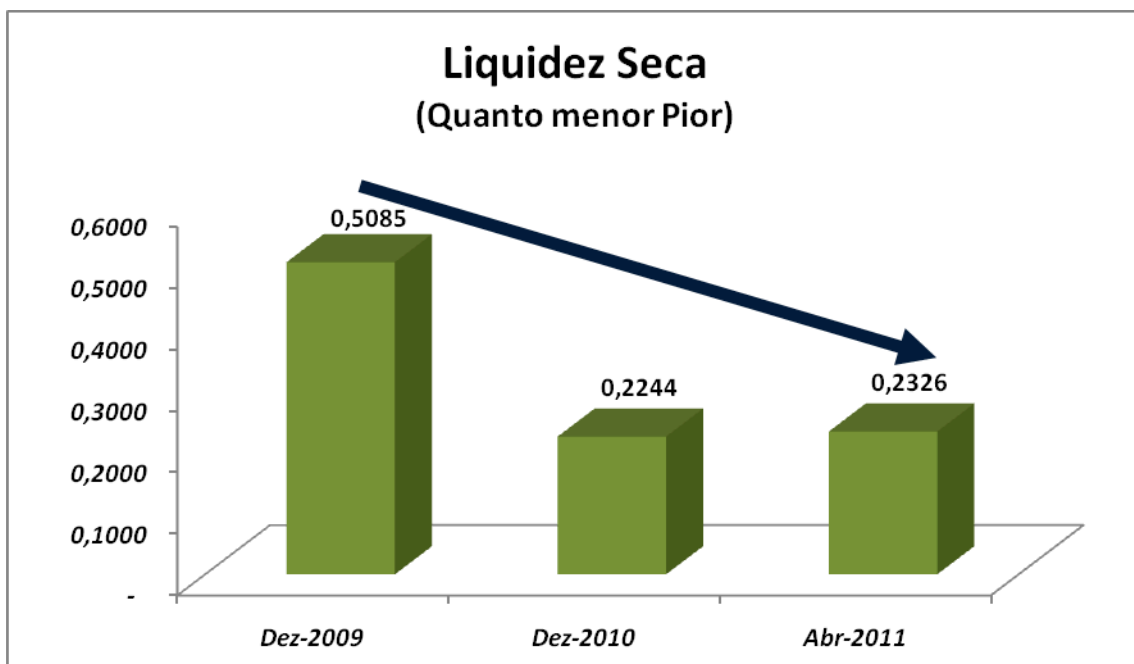
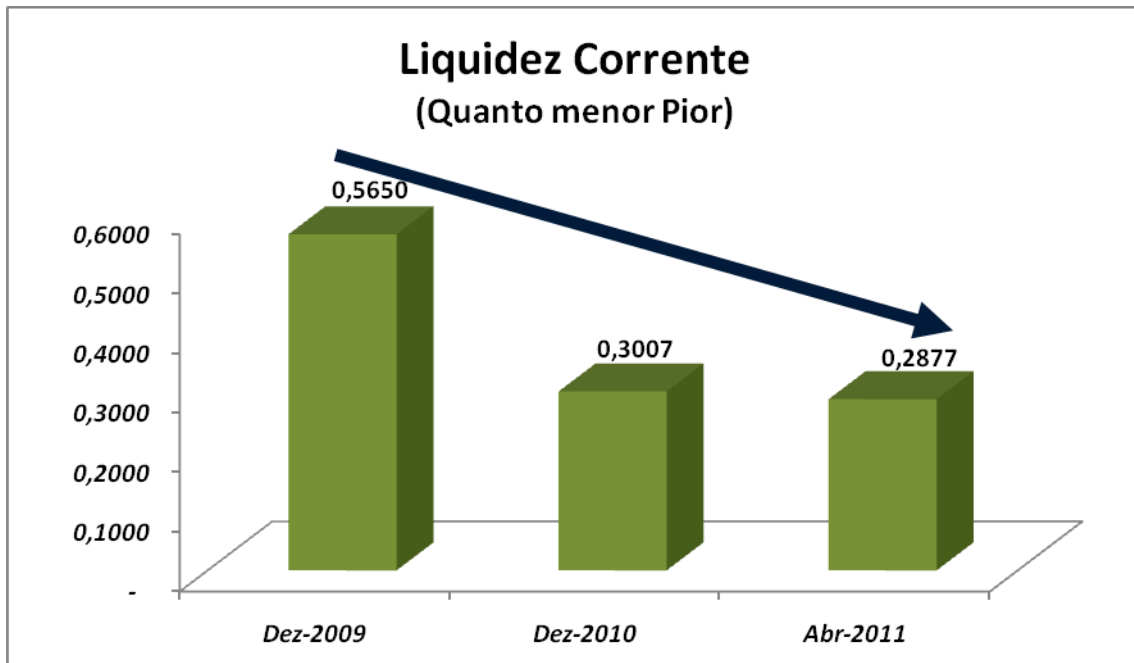


#### 5.3.4. ANÁLISE DOS ÍNDICES DE LIQUIDEZ

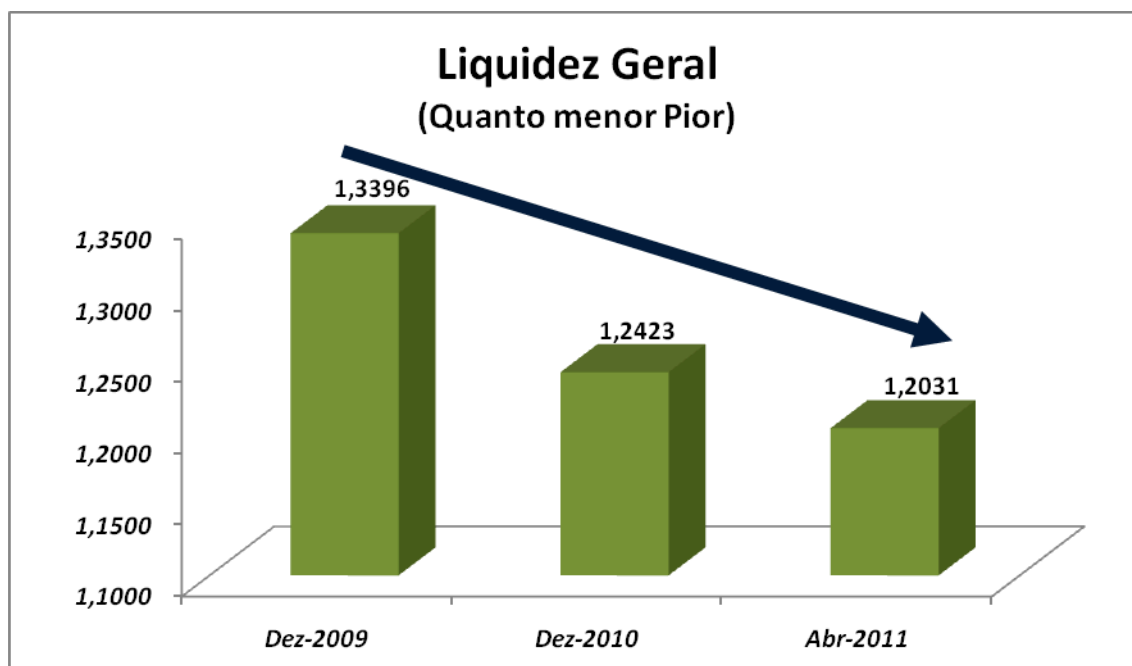
Ao analisarmos os Índices de Liquidez, percebemos claramente uma piora em , conforme, demonstrado no quadro abaixo.

QUADRO - RESUMO DOS ÍNDICES ECONÔMICO - FINANCEIROS						
ÍNDICES DE LIQUIDEZ						
ÍNDICE	FÓRMULA	INDICA	INTERPRETAÇÃO	31.12.2009	31.12.2010	30.04.2011
Liquidez Corrente	Ativo Circulante	Quanto a empresa tem de Ativo Circulante para cada \$ 1,00 de Passivo Circulante	Quanto maior melhor	0,5650	0,3007	0,2877
	Passivo Circulante					
Liquidez Seca	Ativo Circulante - Estoque	Quanto a empresa tem de Ativo Líquido para cada \$ 1,00 de Passivo Circulante	Quanto maior melhor	0,5085	0,2244	0,2326
	Passivo Circulante					
Liquidez Geral	Ativo Circulante + Ativo Não-Circulante	Quanto a empresa tem de Ativo Circulante + Ativo Não-Circulante para cada \$ 1,00 de dívida total	Quanto maior melhor	1,3396	1,2423	1,2031
	Passivo Circulante + Passivo Não-Circulante					
Liquidez Imediata	Disponível	Quanto a empresa tem de disponível para cada \$ 1,00 de Passivo Circulante	Quanto menor melhor	0,0571	0,0078	0,0009
	Passivo Circulante					

Para analisarmos os índices de liquidez, devemos adotar a premissa de que a liquidez da empresa piora na medida em que os valores se afastam negativamente do número índice 1 ( Valores menores que 1).







### 5.3.5. ANÁLISE DOS ÍNDICES DE NECESSIDADE DE CAPITAL DE GIRO

De maneira geral, ao analisarmos os índices de endividamento e liquidez, além da necessidade de capital de giro da empresa, conforme quadro abaixo, torna-se clara a necessidade do pedido de Recuperação Judicial, passando a dívida para o Exigível a Longo Prazo, permitindo que a empresa se restabeleça e volte a pagar sua dívida.

QUADRO - RESUMO DOS ÍNDICES ECONÔMICO - FINANCEIROS						
ÍNDICES DE ATIVIDADE						
ÍNDICE	FÓRMULA	INDICA	INTERPRETAÇÃO	31.12.2009	31.12.2010	30.04.2011
Necessidade de Capital de Giro	Ativo Circulante Cíclico - Passivo Circulante Cíclico	Qual o montante do Ciclo Financeiro		2.542.950	-16.415	-913.004

Fato importante a ser observado é que a necessidade de capital de giro tende a mesma ordem de grandeza dos débitos junto a fornecedores e Instituições Financeiras, inscritos na Recuperação Judicial. Assim o alongamento do endividamento acarretará em uma recuperação judicial plena da liquidez e da capacidade de pagamento da empresa.

## 5.4. ETAPA QUANTITATIVA – VIABILIDADE DE RECUPERAÇÃO

Este plano de recuperação será viabilizado com a consolidação das estratégias comerciais, produção e administrativas e financeiras. Várias ações assertivas já foram implementadas com resultados positivos. As ações que ainda não foram praticadas, não representam custo alto de investimento. Como por exemplo, na área financeira, a empresa foi reestruturada com a orientação de um novo Gestor Financeiro, que ajustou os controles financeiros como:

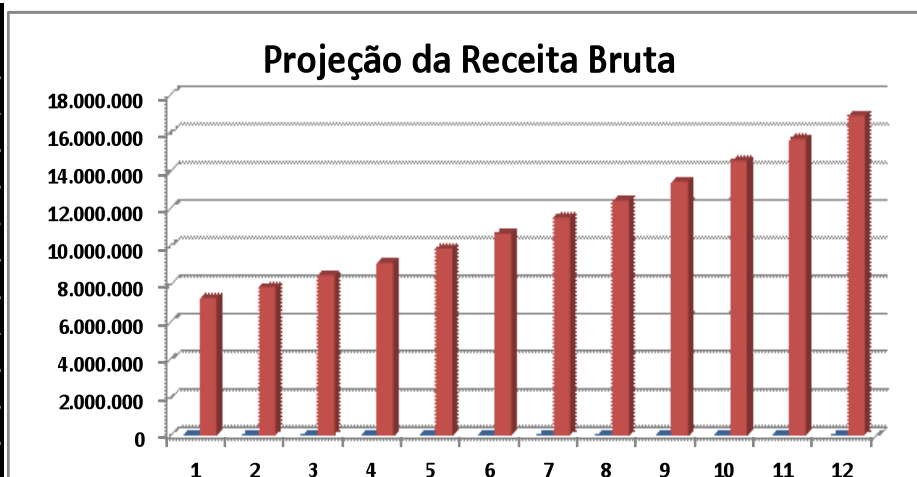
- ✓ *Implantação de fluxos de Caixa passado e futuro;*
- ✓ *Negociações bancárias e controle de taxas de desconto;*
- ✓ *Otimização de captação de Recursos;*
- ✓ *Criação e cumprimento de metas financeiras e contábeis;*
- ✓ *Redução de mão de obra e níveis hierárquicos;*

A previsão de crescimento da Receita Bruta é resultado da expectativa positiva das ações sobre vendas e das estratégias a serem adotadas:

Fundamentados nas ações discriminadas neste plano, adotamos um crescimento conservador de receita bruta aplicando uma taxa de crescimento anual de 8,00%.

### 5.4.1. QUADRO DE PROJEÇÃO DA RECEITA BRUTA

Nr	Ano	Valores
0	2011	7.254.192
1	2012	7.834.527
2	2013	8.461.290
3	2014	9.138.193
4	2015	9.869.248
5	2016	10.658.788
6	2017	11.511.491
7	2018	12.432.410
8	2019	13.427.003
9	2020	14.501.163
10	2021	15.661.256
11	2022	16.914.157



## 5.4.2. PROJEÇÃO DE BALANÇOS PATRIMONIAIS E DEMONSTRATIVO DE RESULTADOS

Conforme as projeções de vendas e custos obtidas durante o planejamento estratégico da empresa, foi traçado o cenário mais provável de resultados. As projeções a seguir foram realizadas também com base nos resultados obtidos no ano de 2010.

BALANÇO PATRIMONIAL PROJETADO													
ATIVO	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>													
Caixa e Bancos	173.036	73.563	79.448	85.804	92.668	100.081	108.088	116.735	126.074	136.159	147.052	158.816	171.522
Aplicações Financeiras	0	630.694	996.754	1.078.509	1.179.435	1.301.486	1.446.782	1.617.638	1.816.572	2.046.328	2.309.894	2.610.508	2.951.710
Duplicatas a Receber (M.I.)	2.020.617	815.910	881.183	951.678	1.027.812	1.110.037	1.198.840	1.294.747	1.398.327	1.510.193	1.631.009	1.761.489	1.902.409
(-) Desconto de Duplicatas	-508.948	-205.509	-221.950	-239.706	-258.883	-279.593	-301.961	-326.118	-352.207	-380.384	-410.814	-443.679	-479.174
(=) Duplicatas a Receber no M.I. (R.L.)	1.511.669	610.401	659.233	711.972	768.930	830.444	896.879	968.630	1.046.120	1.129.810	1.220.194	1.317.810	1.423.235
Duplicatas a Receber M.E.	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
(-) Desconto por A.C.C.	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
(=) Duplicatas a Receber M.E.(R.Liq.)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
(-) Provisão para Créditos de Liq. Du	-633.750	-255.904	-276.376	-298.486	-322.865	-348.154	-376.007	-406.087	-438.574	-473.660	-511.553	-552.477	-596.675
Estoques	450.150	163.279	175.989	189.699	204.487	220.439	237.646	256.209	276.235	297.838	321.146	346.292	373.422
Adiantamento a Fornecedores	1.386.029	502.741	541.878	584.090	629.624	678.740	731.722	788.878	850.537	917.056	988.820	1.066.246	1.149.780
Diversos Créditos de Curto Prazo	168.831	168.831	168.831	168.831	168.831	168.831	168.831	168.831	168.831	168.831	168.831	168.831	168.831
<b>TOTAL ATIVO CIRCULANTE</b>	<b>3.055.965</b>	<b>1.893.605</b>	<b>2.345.756</b>	<b>2.520.419</b>	<b>2.721.609</b>	<b>2.951.866</b>	<b>3.213.942</b>	<b>3.510.833</b>	<b>3.845.794</b>	<b>4.222.362</b>	<b>4.644.384</b>	<b>5.116.025</b>	<b>5.641.824</b>
<b>ATIVO REALIZÁVEL A LG PRAZO</b>													
Mútuo com controladas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Diversos Créditos de LG Prazo	5.819.377	5.819.377	5.819.377	5.819.377	5.819.377	5.819.377	5.819.377	5.819.377	5.819.377	5.819.377	5.819.377	5.819.377	5.819.377
<b>TOTAL DO REAL. LG PRAZO</b>	<b>5.819.377</b>	<b>5.819.377</b>	<b>5.819.377</b>	<b>5.819.377</b>	<b>5.819.377</b>	<b>5.819.377</b>	<b>5.819.377</b>	<b>5.819.377</b>	<b>5.819.377</b>	<b>5.819.377</b>	<b>5.819.377</b>	<b>5.819.377</b>	<b>5.819.377</b>
<b>ATIVO PERMANENTE</b>													
Coligadas e Controladas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
(=) Total de Controladas e Coligadas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Outros Investimentos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Imobilizado Bruto	8.738.133	8.738.133	8.738.133	8.738.133	8.738.133	8.738.133	8.738.133	8.738.133	8.738.133	8.738.133	8.738.133	8.738.133	8.738.133
(+) Imobilização em Andamento	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
(-) Depreciação Acumulada	-633.310	-633.310	-633.310	-633.310	-633.310	-633.310	-633.310	-633.310	-633.310	-633.310	-633.310	-633.310	-633.310
(=) Total do Imobilizado	8.104.823	8.104.823	8.104.823	8.104.823	8.104.823	8.104.823	8.104.823	8.104.823	8.104.823	8.104.823	8.104.823	8.104.823	8.104.823
Intangível	116.387	116.387	116.387	116.387	116.387	116.387	116.387	116.387	116.387	116.387	116.387	116.387	116.387
(-) Amortização Acumulada	-69.300	-69.300	-69.300	-69.300	-69.300	-69.300	-69.300	-69.300	-69.300	-69.300	-69.300	-69.300	-69.300
(=) Saldo Líquido do Diferido	47.087	47.087	47.087	47.087	47.087	47.087	47.087	47.087	47.087	47.087	47.087	47.087	47.087
<b>TOTAL DO PERMANENTE</b>	<b>8.151.910</b>	<b>8.151.910</b>	<b>8.151.910</b>	<b>8.151.910</b>	<b>8.151.910</b>	<b>8.151.910</b>	<b>8.151.910</b>	<b>8.151.910</b>	<b>8.151.910</b>	<b>8.151.910</b>	<b>8.151.910</b>	<b>8.151.910</b>	<b>8.151.910</b>
<b>ATIVO TOTAL</b>	<b>17.027.252</b>	<b>15.864.892</b>	<b>16.317.043</b>	<b>16.491.706</b>	<b>16.692.896</b>	<b>16.923.153</b>	<b>17.185.229</b>	<b>17.482.120</b>	<b>17.817.081</b>	<b>18.193.649</b>	<b>18.615.671</b>	<b>19.087.312</b>	<b>19.613.111</b>

PASSIVO	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	202
<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>													
Fornecedores	1.145.624	415.541	447.889	482.781	520.416	561.013	604.806	652.048	709.012	757.994	817.310	881.306	950.33
Impostos a Pagar	1.255.945	422.442	456.237	492.736	532.155	574.727	620.705	670.362	723.991	781.910	844.463	912.020	984.96
Salários e Encargos a Pagar	367.914	367.914	367.914	367.914	367.914	367.914	367.914	367.914	367.914	367.914	367.914	367.914	367.91
Imposto de Renda a Pagar	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Contribuição Social a Pagar	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Participações a Pagar	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Dividendos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Adiantamento de Clientes	32.187	32.187	32.187	32.187	32.187	32.187	32.187	32.187	32.187	32.187	32.187	32.187	32.18
<b>Empréstimos:</b>	<b>9.538.349</b>	<b>118.000</b>	<b>514.019</b>	<b>617.877</b>	<b>732.110</b>	<b>857.641</b>	<b>995.467</b>	<b>1.146.672</b>	<b>1.312.432</b>	<b>1.494.021</b>	<b>1.692.820</b>	<b>1.910.326</b>	
Empréstimos em Moeda Nacional	9.538.349	118.000	514.019	617.877	732.110	857.641	995.467	1.146.672	1.312.432	1.494.021	1.692.820	1.910.326	
Empréstimos em Moeda Estrangeira	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Empréstimos do BNDES	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Securitização	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Mútuo com controladas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Diversos Débitos de Curto Prazo	142.882	142.882	142.882	142.882	142.882	142.882	142.882	142.882	142.882	142.882	142.882	142.882	142.86
<b>TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE</b>	<b>12.482.901</b>	<b>1.498.967</b>	<b>1.961.129</b>	<b>2.136.377</b>	<b>2.327.665</b>	<b>2.536.364</b>	<b>2.763.961</b>	<b>3.012.065</b>	<b>3.282.419</b>	<b>3.576.908</b>	<b>3.897.576</b>	<b>4.246.636</b>	<b>2.478.31</b>
<b>EXIGÍVEL A LONGO PRAZO</b>													
<b>Empréstimos</b>	<b>1.853.036</b>	<b>11.273.385</b>	<b>10.759.366</b>	<b>10.141.489</b>	<b>9.409.379</b>	<b>8.551.738</b>	<b>7.556.272</b>	<b>6.409.599</b>	<b>5.097.167</b>	<b>3.603.146</b>	<b>1.910.327</b>	<b>0</b>	
Empréstimos em Moeda Nacional	1.853.036	11.273.385	10.759.366	10.141.489	9.409.379	8.551.738	7.556.272	6.409.599	5.097.167	3.603.146	1.910.327	0	
Empréstimos em Moeda Estrangeira	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Empréstimos do BNDES	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Securitização	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Diversos Débitos de Longo Prazo	61.722	61.722	61.722	61.722	61.722	61.722	61.722	61.722	61.722	61.722	61.722	61.722	61.72
<b>TOTAL DO EXIGÍVEL A LG PRAZO</b>	<b>1.914.758</b>	<b>11.335.107</b>	<b>10.821.088</b>	<b>10.203.211</b>	<b>9.471.101</b>	<b>8.613.460</b>	<b>7.617.994</b>	<b>6.471.321</b>	<b>5.158.889</b>	<b>3.664.868</b>	<b>1.972.049</b>	<b>61.722</b>	<b>61.72</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>													
Capital e Reservas	4.948.358	4.948.358	4.948.358	4.948.358	4.948.358	4.948.358	4.948.358	4.948.358	4.948.358	4.948.358	4.948.358	4.948.358	4.948.35
Lucro/Prejuízo Acumulado	-2.318.765	-1.917.539	-1.413.531	-796.240	-54.227	824.971	1.854.916	3.050.376	4.427.416	6.003.515	7.797.689	9.830.596	12.124.71
<b>TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>2.629.592</b>	<b>3.030.819</b>	<b>3.534.826</b>	<b>4.152.117</b>	<b>4.894.130</b>	<b>5.773.328</b>	<b>6.803.274</b>	<b>7.998.733</b>	<b>9.375.773</b>	<b>10.951.873</b>	<b>12.746.046</b>	<b>14.778.954</b>	<b>17.073.07</b>
<b>PASSIVO TOTAL</b>	<b>17.027.252</b>	<b>15.864.892</b>	<b>16.317.043</b>	<b>16.491.706</b>	<b>16.692.896</b>	<b>16.923.153</b>	<b>17.185.229</b>	<b>17.482.120</b>	<b>17.817.081</b>	<b>18.193.649</b>	<b>18.615.671</b>	<b>19.087.312</b>	<b>19.613.11</b>

### DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Receita Bruta de Vendas Internas	17.965.136	7.254.192	7.834.527	8.461.290	9.138.193	9.869.248	10.658.788	11.511.491	12.432.410	13.427.003	14.501.163	15.661.256	16.914.157
Receita Bruta de Vendas Externas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>Receita Total de Vendas</b>	<b>17.965.136</b>	<b>7.254.192</b>	<b>7.834.527</b>	<b>8.461.290</b>	<b>9.138.193</b>	<b>9.869.248</b>	<b>10.658.788</b>	<b>11.511.491</b>	<b>12.432.410</b>	<b>13.427.003</b>	<b>14.501.163</b>	<b>15.661.256</b>	<b>16.914.157</b>
(-) Impostos	-4.317.747	-1.452.289	-1.568.472	-1.693.950	-1.829.466	-1.975.823	-2.133.889	-2.304.600	-2.488.968	-2.688.086	-2.903.133	-3.135.383	-3.386.214
<b>(=) Vendas Líquidas</b>	<b>13.647.390</b>	<b>5.801.903</b>	<b>6.266.055</b>	<b>6.767.340</b>	<b>7.308.727</b>	<b>7.893.425</b>	<b>8.524.899</b>	<b>9.206.891</b>	<b>9.943.442</b>	<b>10.738.917</b>	<b>11.598.030</b>	<b>12.525.873</b>	<b>13.527.943</b>
(-) CPV	-10.313.985	-3.741.096	-4.032.323	-4.346.446	-4.685.276	-5.050.766	-5.445.032	-5.870.350	-6.329.180	-6.824.174	-7.358.196	-7.934.351	-8.555.964
Custos Fixos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Custos Variáveis	-10.313.985	-3.741.096	-4.032.323	-4.346.446	-4.685.276	-5.050.766	-5.445.032	-5.870.350	-6.329.180	-6.824.174	-7.358.196	-7.934.351	-8.555.964
<b>(=) Lucro Bruto</b>	<b>3.333.405</b>	<b>2.060.807</b>	<b>2.233.732</b>	<b>2.420.894</b>	<b>2.623.451</b>	<b>2.842.658</b>	<b>3.079.867</b>	<b>3.336.540</b>	<b>3.614.262</b>	<b>3.914.743</b>	<b>4.239.834</b>	<b>4.591.521</b>	<b>4.971.979</b>
(-) Despesas Comerciais	-608.049	-28.287	-459.096	-495.824	-535.490	-578.329	-624.595	-674.563	-728.528	-786.810	-849.755	-917.735	-991.154
(-) Despesas Administrativas	-1.491.672	-1.515.263	-1.145.315	-1.172.441	-1.199.783	-1.227.273	-1.254.839	-1.282.392	-1.309.838	-1.337.069	-1.363.960	-1.390.377	-1.416.165
(+/-) Outras Receitas/Despesas Opera	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>(=) Lucro da Atividade</b>	<b>1.233.684</b>	<b>517.257</b>	<b>629.321</b>	<b>752.629</b>	<b>888.178</b>	<b>1.037.056</b>	<b>1.200.433</b>	<b>1.379.585</b>	<b>1.575.896</b>	<b>1.790.864</b>	<b>2.026.119</b>	<b>2.283.409</b>	<b>2.564.660</b>
(+) Receitas Financeiras	108.285	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
(-) Despesas Financeiras	-2.771.624	-116.031	-125.313	-135.338	-146.165	-157.858	-170.487	-184.126	-198.856	-214.765	-231.946	-250.501	-270.541
(-) Variações Monetárias	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>(=) Lucro Operacional</b>	<b>-1.429.656</b>	<b>401.227</b>	<b>504.008</b>	<b>617.291</b>	<b>742.013</b>	<b>879.198</b>	<b>1.029.946</b>	<b>1.195.459</b>	<b>1.377.040</b>	<b>1.576.100</b>	<b>1.794.173</b>	<b>2.032.908</b>	<b>2.294.118</b>
(+/-) Equivalência Patrimonial	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
(+/-) Resultados Não Operacionais	-344.510	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
(+/-) Resultado Venda de Ativos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
(-) Amortização do Diferido	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>(=) Lucro antes da Cont.Social</b>	<b>-1.774.166</b>	<b>401.227</b>	<b>504.008</b>	<b>617.291</b>	<b>742.013</b>	<b>879.198</b>	<b>1.029.946</b>	<b>1.195.459</b>	<b>1.377.040</b>	<b>1.576.100</b>	<b>1.794.173</b>	<b>2.032.908</b>	<b>2.294.118</b>
(-) Cont. Social Operacional	-8.651	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
(-) Cont. Social não Operacional	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>(=) Lucro antes do I.R.</b>	<b>-1.782.817</b>	<b>401.227</b>	<b>504.008</b>	<b>617.291</b>	<b>742.013</b>	<b>879.198</b>	<b>1.029.946</b>	<b>1.195.459</b>	<b>1.377.040</b>	<b>1.576.100</b>	<b>1.794.173</b>	<b>2.032.908</b>	<b>2.294.118</b>
(-) Provisão p/ I.R. Operacional	-18.031	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
(-) Provisão p/ I.R. não Operacional	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>(=) Lucro Líquido após o I.R.</b>	<b>-1.800.848</b>	<b>401.227</b>	<b>504.008</b>	<b>617.291</b>	<b>742.013</b>	<b>879.198</b>	<b>1.029.946</b>	<b>1.195.459</b>	<b>1.377.040</b>	<b>1.576.100</b>	<b>1.794.173</b>	<b>2.032.908</b>	<b>2.294.118</b>
(-) Provisão p/ Participações	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>(=) Lucro Líquido após Participações</b>	<b>-1.800.848</b>	<b>401.227</b>	<b>504.008</b>	<b>617.291</b>	<b>742.013</b>	<b>879.198</b>	<b>1.029.946</b>	<b>1.195.459</b>	<b>1.377.040</b>	<b>1.576.100</b>	<b>1.794.173</b>	<b>2.032.908</b>	<b>2.294.118</b>
(-) Provisão p/ Dividendos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>(=) Lucro Disponível do Período</b>	<b>-1.800.848</b>	<b>401.227</b>	<b>504.008</b>	<b>617.291</b>	<b>742.013</b>	<b>879.198</b>	<b>1.029.946</b>	<b>1.195.459</b>	<b>1.377.040</b>	<b>1.576.100</b>	<b>1.794.173</b>	<b>2.032.908</b>	<b>2.294.118</b>

### 5.4.3. ANÁLISE DAS PROJEÇÕES

Ao analisarmos as projeções acima, é nítida a percepção de que a Recuperação da empresa é viável.

#### 5.4.4. PREMISSAS ADOTADAS NAS PROJEÇÕES

As projeções mostram que a **QUINEL SUCOS E EMBALAGENS**, tem condições de reverter significativamente o quadro adverso que se apresenta atualmente. Para isso, foram adotadas as seguintes premissas:

- ✓ *Evolução do faturamento;*
- ✓ *Evolução dos custos de produção e despesas operacionais e financeiras, além da evolução dos estoques, compatível com a evolução do faturamento;*
- ✓ *Destinação de índice percentual crescente do faturamento bruto anual da empresa para pagamento dos credores das Classes II e III, habilitados na Recuperação Judicial a partir do terceiro ano após a aprovação do Plano de recuperação Judicial e sua efetiva homologação em juízo.*

#### 5.5. PROPOSTA AOS CREDORES

**Novação** – Todos os créditos são novados por este Plano. Os créditos novados, após a aplicação das condições previstas no Plano, constituirão a denominada Dívida Reestruturada.

**Quitação** – Os pagamentos realizados na forma estabelecida neste Plano acarretarão a quitação plena, irrevogável e irretratável, de todos os créditos novados de acordo com este Plano, de qualquer tipo e natureza contra a Recuperanda, inclusive, mas não exclusivamente, juros, correção monetária, penalidades, multas e indenizações quando aplicáveis. Com a ocorrência da quitação, os Credores serão considerados como tendo quitado, liberado e/ou renunciado todos e quaisquer créditos, e não mais poderão reclamá-los contra a Recuperanda, seus diretores, acionistas, sócios, funcionários, representantes, sucessores, cessionários e garantidores. O pagamento de eventuais créditos trabalhistas nos termos previstos neste Plano acarretará, também, a quitação de todas as obrigações decorrentes dos contratos de trabalho e/ou da legislação trabalhista.

Este Plano de recuperação propõe a concessão de prazos e condições especiais para pagamento das obrigações vencidas, conforme prevê o art. 50 da Lei 11.101/2005.

- a) O Plano de recuperação ora apresentado propõe um provisionamento de parte de sua Receita Bruta, conforme demonstrado no quadro de Destinação Faturamento x Pagamento, para pagamentos anuais, destinados indistintamente aos credores classe II e III;
- b) O primeiro pagamento no primeiro ano subsequente a carência de dois anos após a data de homologação do plano e a homologação em juízo;
- c) Aos credores das classes II – Garantia Real e III – Quirografários, o presente plano prevê a liquidação em 12 (doze) anos sendo 2 (dois) anos de carência mais 10 (dez) anos de amortização, pós-homologação;
- d) Aos credores da classe I – Credores Trabalhistas, o presente plano prevê liquidação de imediato no ano 1, pós-homologação
- e) Alternativamente aos credores mencionados no item “C”, será disponibilizada a liquidação dos respectivos créditos no período de 8(oito) anos sendo 1(hum) ano de carência mais 7(sete) anos de amortização, mediante deságio de 40% sobre o valor consignado na relação de credores.

O índice de correção monetária proposto é o IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo).

Findo os prazos propostos estarão quitados os débitos sujeitos à recuperação judicial.

### 5.5.1. QUADRO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Classe	Valorização R\$	Partic. RJ %
CLASSE I - TRABALHISTA	118.000	1,04%
CLASSE II - GARANTIA REAL	2.022.397	17,75%
CLASSE III - QUIROGRAFÁRIOS	9.250.988	81,21%
<b>TOTAIS</b>	<b>11.391.385</b>	<b>100,00%</b>

## 5.5.2. QUADRO DE EVOLUÇÃO DO SALDO DEVEDOR



## 5.5.3. PROJEÇÃO E FLUXO DE RESULTADO OPERACIONAL



	TOTAL ANO I		TOTAL ANO II		TOTAL ANO III		TOTAL ANO IV		TOTAL ANO V		TOTAL ANO VI		TOTAL ANO VII		TOTAL ANO VIII		TOTAL ANO IX		TOTAL ANO X		TOTAL ANO XI	
	R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%
(=) RECEITA OPERACIONAL BRUTA	7.254.192	125,03%	7.894.527	125,03%	8.461.290	125,03%	9.138.193	125,03%	9.869.248	125,03%	10.658.788	125,03%	11.511.491	125,03%	12.432.410	125,03%	13.427.003	125,03%	14.501.193	125,03%	15.661.256	125,03%
Faturamento	7.254.192		7.894.527		8.461.290		9.138.193		9.869.248		10.658.788		11.511.491		12.432.410		13.427.003		14.501.193		15.661.256	
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA	(1.452.289)	-25,03%	(1.508.472)	-25,03%	(1.693.950)	-25,03%	(1.829.466)	-25,03%	(1.975.823)	-25,03%	(2.133.889)	-25,03%	(2.304.601)	-25,03%	(2.488.995)	-25,03%	(2.688.085)	-25,03%	(2.903.133)	-25,03%	(3.135.384)	-25,03%
Impostos	-20,02%	(1.452.289)	(1.508.472)	(1.693.950)	(1.829.466)	(1.975.823)	(2.133.889)	(2.304.601)	(2.488.995)	(2.688.085)	(2.903.133)	(3.135.384)	(3.386.214)									
Devolução(es)Descontos	0,00%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
(=) RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	5.801.903	100,00%	6.266.055	100,00%	6.767.339	100,00%	7.308.727	100,00%	7.893.425	100,00%	8.524.899	100,00%	9.206.891	100,00%	9.943.412	100,00%	10.738.917	100,00%	11.598.060	100,00%	12.525.873	100,00%
(-) VARIÁVEIS DE VENDA	(69.823)	-1,20%	(75.193)	-1,20%	(81.208)	-1,20%	(87.705)	-1,20%	(94.721)	-1,20%	(102.299)	-1,20%	(110.483)	-1,20%	(119.321)	-1,20%	(128.867)	-1,20%	(139.176)	-1,20%	(150.310)	-1,20%
Comissões Sobre as Vendas	-1,20%	(69.823)	(75.193)	(81.208)	(87.705)	(94.721)	(102.299)	(110.483)	(119.321)	(128.867)	(139.176)	(150.310)	(162.335)									
(=) MARGEM BRUTA	5.732.080	99,00%	6.190.862	99,00%	6.686.131	99,00%	7.221.022	99,00%	7.798.704	99,00%	8.422.600	99,00%	9.096.408	99,00%	9.824.120	99,00%	10.610.050	99,00%	11.458.884	99,00%	12.375.562	99,00%
(-) CUSTO VARIÁVEL DE REPOSIÇÃO	(3.741.085)	-64,40%	(4.032.323)	-64,35%	(4.346.446)	-64,25%	(4.695.271)	-64,11%	(5.050.760)	-63,99%	(5.445.033)	-63,97%	(5.870.348)	-63,76%	(6.329.176)	-63,65%	(6.824.168)	-63,55%	(7.358.185)	-63,44%	(7.934.347)	-63,34%
Custo dos Bens e Serviços	-59,65%	(3.472.439)	(3.750.234)	(4.050.259)	(4.374.279)	(4.724.215)	(5.102.152)	(5.510.324)	(5.951.150)	(6.427.242)	(6.941.421)	(7.495.725)	(8.095.474)									
Mão de Obra Direta		(268.656)	(282.089)	(296.195)	(311.003)	(326.555)	(342.881)	(360.025)	(378.026)	(396.927)	(416.774)	(437.612)	(459.493)									
(=) MARGEM LÍQUIDA	1.991.185	34,32%	2.158.540	34,45%	2.339.685	34,57%	2.535.746	34,69%	2.747.936	34,81%	2.977.567	34,93%	3.226.059	35,04%	3.494.945	35,15%	3.795.881	35,25%	4.100.699	35,36%	4.441.215	35,46%
(-) DESPESAS OPERACIONAIS	(1.473.927)	-25,40%	(1.529.219)	-24,40%	(1.587.057)	-23,45%	(1.647.568)	-22,54%	(1.710.881)	-21,59%	(1.777.135)	-20,85%	(1.846.472)	-20,06%	(1.919.045)	-19,30%	(1.995.012)	-18,58%	(2.074.539)	-17,89%	(2.157.802)	-17,23%
OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS		(109.944)	(112.149)	(114.386)	(116.673)	(119.007)	(121.387)	(123.815)	(126.291)	(128.817)	(131.393)	(134.021)	(136.702)									
DESPESAS ADMINISTRATIVAS/VENDAS		(1.363.983)	(1.417.075)	(1.472.671)	(1.530.894)	(1.591.874)	(1.655.748)	(1.722.657)	(1.792.754)	(1.866.195)	(1.943.146)	(2.023.781)	(2.108.283)									
(=) EBITDA	517.258	8,92%	629.321	10,04%	752.628	11,12%	888.178	12,15%	1.037.055	13,14%	1.200.433	14,00%	1.379.587	14,98%	1.575.899	15,85%	1.790.869	16,68%	2.026.120	17,47%	2.283.413	18,23%
(-) RESULTADO FINANCEIRO	(116.838)	-2,00%	(125.321)	-2,00%	(135.347)	-2,00%	(146.175)	-2,00%	(157.860)	-2,00%	(170.498)	-2,00%	(184.138)	-2,00%	(198.899)	-2,00%	(214.778)	-2,00%	(231.961)	-2,00%	(250.517)	-2,00%
Receitas e Despesas Financeiras	-2,00%	(116.838)	(125.321)	(135.347)	(146.175)	(157.860)	(170.498)	(184.138)	(198.899)	(214.778)	(231.961)	(250.517)	(270.553)									
(=) LUCRO (PRELÚCIO) OPERACIONAL	401.220	6,92%	504.000	8,04%	617.282	9,12%	742.004	10,15%	879.196	11,14%	1.029.935	12,00%	1.195.499	12,98%	1.377.031	13,85%	1.576.091	14,68%	1.794.159	15,47%	2.032.895	16,23%
(-) NÃO OPERACIONAIS	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%
(=) RESULT. ANTES DA CONTRIB. SOCIAL I	401.220	6,92%	504.000	8,04%	617.282	9,12%	742.004	10,15%	879.196	11,14%	1.029.935	12,00%	1.195.499	12,98%	1.377.031	13,85%	1.576.091	14,68%	1.794.159	15,47%	2.032.895	16,23%
(-) II AMORTIZAÇÃO RII	-	0,00%	(118.001)	-1,80%	(514.819)	-7,66%	(617.877)	-8,45%	(732.110)	-9,27%	(857.641)	-10,06%	(995.467)	-10,81%	(1.146.672)	-11,57%	(1.312.432)	-12,22%	(1.494.021)	-12,88%	(1.692.810)	-13,51%
(=) RESULT. ANTES DA CONTRIB. SOCIAL II	401.220	6,92%	386.000	6,16%	102.363	1,55%	124.127	1,70%	147.076	1,86%	172.294	2,02%	199.992	2,17%	230.358	2,32%	263.658	2,46%	300.138	2,59%	340.076	2,71%
CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(66.110)	-0,62%	(94.740)	-0,55%	(9.294)	-0,14%	(11.171)	-0,15%	(13.237)	-0,17%	(15.506)	-0,18%	(17.998)	-0,20%	(20.732)	-0,21%	(23.728)	-0,22%	(27.012)	-0,23%	(30.607)	-0,24%
RESULT. ANTES DA PROV. P/ IMPOSTO DE REND.	365.110	6,29%	351.260	5,61%	93.069	1,39%	112.956	1,55%	133.839	1,70%	156.788	1,84%	181.994	1,98%	209.626	2,11%	239.929	2,23%	273.126	2,35%	309.469	2,47%
IMP. POSTO DE RENDA	(60.183)	-1,04%	(57.900)	-0,97%	(15.489)	-0,23%	(18.619)	-0,25%	(22.061)	-0,28%	(25.844)	-0,30%	(29.997)	-0,33%	(34.554)	-0,35%	(39.549)	-0,37%	(45.021)	-0,39%	(51.011)	-0,41%
LUCRO (PRELÚCIO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	304.927	5,26%	293.360	4,68%	78.480	1,16%	94.337	1,29%	111.778	1,42%	130.943	1,54%	151.997	1,65%	175.072	1,76%	200.380	1,87%	228.105	1,97%	258.457	2,06%
PROJEÇÃO DE DESENCALHE																						
SALDO INICIAL	-		374.550		743.003		902.790		1.004.832		1.291.331		1.524.573		1.787.042		2.081.436		2.400.683		2.777.965	
Entradas		7.254.192	7.894.527	8.461.290	9.138.193	9.869.248	10.658.788	11.511.491	12.432.410	13.427.003	14.501.193	15.661.256	16.914.157									
Saídas		(6.979.642)	(7.455.975)	(8.301.602)	(8.956.151)	(9.662.749)	(10.425.545)	(11.246.022)	(12.138.017)	(13.097.755)	(14.133.892)	(15.252.498)	(16.450.155)									
SALDO FINAL		374.550	743.003	902.790	1.004.832	1.291.331	1.524.573	1.787.042	2.081.436	2.400.683	2.777.965	3.186.733	3.640.734									

## **6. DESALIAÇÃO DE IMOBILIZADO**

A Recuperanda poderá, a seu exclusivo critério e a qualquer momento, alienar, vender, locar, arrendar, remover, onerar ou oferecer em garantia quaisquer bens do seu ativo permanente, desde que submeta a alienação em comento à aprovação dos Credores ou ao juízo recuperacional, comprovando, por necessário, a utilidade da operação para a viabilidade da recuperação ora em curso.

## **7. GARANTIAS PESSOAIS**

### **7.1. LIBERAÇÃO DAS GARANTIAS PESSOAIS**

Liberação das Garantias. A Homologação Judicial do Plano implicará, de forma automática e em caráter irrevogável e irretratável, na liberação e quitação de todos os garantidores, solidários e subsidiários, e seus sucessores e cessionários, por qualquer responsabilidade derivada de qualquer garantia fidejussória, inclusive, mas não exclusivamente, por força de fiança e aval, que tenha sido prestada a Credores para assegurar o pagamento de qualquer Crédito. As garantias fidejussórias remanescentes serão liberadas mediante a quitação dos Créditos nos termos deste Plano.

### **7.2. DIREITO DE REGRESSO DOS GARANTIDORES**

Os garantidores que pagarem quaisquer valores aos Credores, antes ou depois da Homologação Judicial do Plano, sub-rogar-se-ão no seu Crédito, mas receberão nos termos, valores, prazos e forma estabelecidos pelo Plano para o pagamento do Crédito sub-rogado.

## **8. GARANTIAS REAIS**

### **8.1. LIBERAÇÃO DE GARANTIAS REAIS**

Todos os gravames, ônus e garantias reais e fiduciárias sobre bens e direitos do patrimônio da Recuperanda, constituídos para assegurar o pagamento de um crédito (inclusive hipotecas, penhores e alienação fiduciária em garantia), permanecerão em vigor até o pagamento dos Créditos de seus titulares nos termos deste Plano e serão automática, incondicional e irrevogavelmente liberados mediante a quitação dos Créditos nos termos deste Plano.

## **9. PÓS – HOMOLOGAÇÃO – EFEITOS DO PLANO**

### **9.1. VINCULAÇÃO DO PLANO**

As disposições do Plano vinculam a Recuperanda e seus credores, e os seus respectivos cessionários e ou sucessores, a partir da homologação judicial do plano.

### **9.2. CONFLITO COM DISPOSIÇÕES CONTRATUAIS**

Na hipótese de haver conflito entre as disposições do plano e aquelas previstas nos contratos celebrados com quaisquer credores anteriormente ao pleito recuperacional, em relação à quaisquer obrigações da Recuperanda, sócios, administradores e ou garantidores (avalistas, fiadores e devedores solidários), especialmente, mas não exclusivamente, as de dar, fazer, não fazer, as disposições contidas no plano deverão, sempre, prevalecer.

### **9.3. PROCESSOS JUDICIAIS**

Exceto se previsto de forma diversa neste plano, os Credores não mais poderão a partir da aprovação do plano:

I - Ajuizar ou prosseguir em qualquer ação ou processo judicial de qualquer tipo relacionado a qualquer crédito contra a Recuperanda;

II - Executar qualquer sentença judicial, decisão judicial ou sentença arbitral contra a Recuperanda relacionada a qualquer crédito;

III - Penhorar quaisquer bens da Recuperanda;

IV - Criar, aperfeiçoar ou executar qualquer garantia real sobre bens e direitos da Recuperanda;

V - Reclamar qualquer direito de compensação contra qualquer crédito devido à Recuperanda com seus créditos e

VI - Buscar satisfação de seus créditos por quaisquer outros meios. Todas as execuções judiciais em curso face à Recuperanda relativa aos créditos sujeitos aos efeitos da recuperação (todos os créditos cujos fatos geradores tenham ocorrido antes da distribuição do pleito recuperacional, mesmo que consolidados depois dele) serão extintas, e as penhoras e constrições existentes serão, em consequência, liberadas, o mesmo se aplicando face aos garantidores, devedores solidários, avalistas e ou fiadores da Recuperanda.

## **10. MODIFICAÇÃO DO PLANO**

Modificação do Plano. Aditamentos, alterações ou modificações ao plano poderão ser propostas pela Recuperanda, vis à vis com a evolução do seu desempenho, consoante previsões expressas no plano, o que poderão ocorrer a qualquer momento após a homologação judicial do plano, desde que:

I - Tais aditamentos, alterações ou modificações sejam submetidas à votação soberana em Assembléia de Credores;

II - Sejam aprovadas pela Recuperanda;

III - Seja atingido o quórum de aprovação exigido pelos artigos 45 e 58, caput e parágrafo primeiro, da Lei 11.101/05.

## **11.EVENTO DE DESCUMPRIMENTO DO PLANO.**

Este plano será considerado descumprido apenas na hipótese de mora, assim considerada o não pagamento cumulativo de duas parcelas consecutivas previstas no plano.

A mora só restará caracterizada se, vencida a parcela, a Recuperanda for notificada pelo(s) Credor(es), com prazo de 30 dias para purga da mora.

A notificação só será considerada válida se for endereçada para o endereço da sede da Recuperanda, aos cuidados dos seus representantes legais, com cópia confirmatória para o Dr. Roberto Carlos Keppler, Rua Bento de Andrade, 608, Jardim Paulista, CEP 04503-001.

## **12.CESSÕES**

Cessão de Créditos. Os credores poderão ceder seus créditos a outros credores ou a terceiros, e a cessão produzirá efeitos desde que

I - A Recuperanda e o Juízo da Recuperação sejam informados; e

II - Os cessionários recebam e confirmem o recebimento de uma cópia do plano, reconhecendo que o crédito cedido estará sujeito às suas disposições mediante homologação judicial do plano.

### 13. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A JMLIMA Assessoria Econômico Financeira, contratada para elaborar o Plano de Recuperação e dar seu parecer sobre a viabilidade econômico financeira do **QUINEL SUCOS E EMBALAGENS**, acredita que as informações constantes neste Plano de Recuperação, evidenciam que a empresa é viável.

Baseada nas ações tomadas e nas estratégias sugeridas para a reestruturação apontadas, a **QUINEL SUCOS E EMBALAGENS** será capaz de realizar suas operações como uma empresa viável e lucrativa.

A **JMLIMA** acredita que todos os credores terão maiores benefícios com a implementação deste plano de recuperação, uma vez que a proposta aqui analisada não agrega nenhum risco adicional aos credores. Observe que alguns credores já estão ativos em suas áreas de fornecimento junto ao **QUINEL SUCOS E EMBALAGENS**, em uma condição totalmente virtuosa e com seus novos créditos sendo pagos em dia sem prejuízo de continuidade.

Desta forma informamos que após o cumprimento dos art. 61 e 63 da Lei 11.101/2005, a suplicante compromete-se a honrar com os demais pagamentos no prazo e na forma de seu plano devidamente homologado.

Louveira, 26 de agosto de 2011

---

João Carlos de Lima Neto

**CORECON:** 27.499-2 - 2ª Região - SP

**C.R.C.:** SP-134.653/0-2

JMLIMA Assessoria Econômica e Financeira S/C Ltda.

**CORECON:** 4140 - 2ª Região - SP

**Proponentes:**

---

**QUINEL SUCOS E EMBALAGENS**

Nome: Celso Junco Costa

RG: 23.156.668-2

CPF: 174.206.748-41

---

**Advogado das Recuperandas:**

Nome: Roberto Carlos Keppler

OAB/SP: 68.931